



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**206ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS
Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS**

Ata da ordem dos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2012.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS
206ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS
Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS

Local: Centro de Convenções de Vitória e Hotel Golden Tulip

Data: 06, 07 e 08 de novembro de 2012.

1 Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e doze teve início a Reunião Ampliada e
2 Descentralizada do CNAS. **ABERTURA.** O Mestre de Cerimônias, abrindo os trabalhos, informou
3 a parceria com o Conselho Estadual de Assistência Social do estado do Espírito Santo e apoio do
4 governo do estado por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Ressaltou que
5 essas reuniões descentralizadas do CNAS tinham por objetivo ampliar e descentralizar as discussões
6 para o SUAS, garantindo a participação dos atores da política pública da Assistência Social. A
7 seguir, convidou para compor a mesa a Presidenta do CNAS, Sra. Luziele Maria de Souza Tapajós;
8 representando a Ministra do MDS, Secretária da SNAS, Sra. Denise Colin; representando o
9 Governador do estado do Espírito Santo, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos
10 Humanos, Sr. Rodrigo Coelho; a Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de
11 Assistência Social – FONSEAS, Sra. Maria Aparecida Meneses; a Vice-Presidente do Colegiado
12 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, e Presidente do
13 CONGEMAS, Sra. Júlia Deptulski; representando a Assembleia Legislativa do estado do Espírito
14 Santo e Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Deputado Estadual Genivaldo
15 Liovere; a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo, Sra. Sandra
16 Shirley de Almeida. A seguir, convidou a todos para catarem o Hino Nacional interpretado pelo
17 barítono Mário Souto Batista. Na sequência, o Mestre de Cerimônias registrou a presença de todos,
18 passando a palavra para a Presidenta do CNAS abrir o evento. A Presidenta do CNAS deu as boas
19 vindas a todos os presentes, destacando a presença dos Conselheiros do CNAS, os integrantes da
20 mesa e as autoridades presentes. Falou sobre como as reuniões ampliadas eram realizadas,
21 abrangendo maior número de participantes e permitindo o debate democrático com a participação
22 de todos, buscando o controle social e a consolidação do SUAS no país. Observou que após esse
23 encontro todos voltariam com mais conteúdo, assim como o CNAS, que sairia com novas
24 informações para debater e agir. Ressaltou que esse tipo de evento não era usado frequentemente,
25 mas que trazia grandes resultados para a área da Assistência social. Indicou que seriam tratados
26 importantes assuntos do debate atual da política de Assistência, o novo texto da NOBSUAS, a Lei
27 12.435, que requalificava a LOAS e o novo Decreto do Fundo Nacional de Assistência Social.
28 Concluindo, desejou a todos uma boa reunião, alcançando-se os objetivos propostos. A seguir, o
29 Mestre de Cerimônias passou a palavra para os participantes: Sra. Sandra Shirley de Almeida,
30 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo; o Deputado Estadual
31 Genivaldo Liovere; Sra. Júlia Deptulski, Presidente do CONGEMAS e do COEGEMAS; Sra. Maria
32 Aparecida Meneses, Presidente do FONSEAS, Sr. Rodrigo Coelho, Secretário de Estado de
33 Assistência Social e Direitos Humanos; e, Sra. Denise Colin, Secretária da SNAS. A seguir, o
34 Mestre de Cerimônias passou a palavra para a Presidenta do CNAS, para encerrar a mesa de
35 abertura. A Presidenta agradeceu a todos os participantes da mesa e, especialmente à equipe técnica
36 do CNAS, na pessoa da Secretária-Executiva, Sra. Maria de Mercês Avelino de Carvalho. Destacou
37 que encerravam essa sessão e iniciavam, efetivamente a Reunião Ampliada e Descentralizada do
38 CNAS, onde se buscava a consolidação do SUAS e do controle social. Pediu permissão para

39 registrar a presença do estado do Amazonas, representado por sua irmã, Assistente Social e
40 Secretária Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência Social. Considerou aberta a Reunião
41 Ampliada e Descentralizada do SUAS, informando que esse vento estava sendo transmitido *on-line*,
42 no *site* do CNAS www.mds.gov.br. O Mestre de Cerimônias iniciou a mesa, solicitando que
43 permanecesse a Sra. Denise Colin, a Sra. Júlia Deptulski, a Sra. Maria Aparecida Meneses para o
44 painel de abertura, com o tema “NOBSUAS à luz de uma nova pactuação”, com a coordenação da
45 Presidenta do CNAS. Registrou a presença do Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, Perly
46 Cipriano. A Presidenta do CNAS indicou que o primeiro painel era sobre “O novo texto da NOB,
47 da Norma Operacional Básica do SUAS” a NOBSUAS 2012, tratando-se de revisão dessa Norma,
48 de 2005 e que vinha sendo discutida desde 2008 no âmbito da gestão e no âmbito do controle social.
49 Agradeceu à CIT, que trazia essa análise a partir da perspectiva da União, estadual e da municipal,
50 resultado de uma consulta pública aberta e ampliada para Conselhos Municipais, Estaduais, gestores
51 municipais e estaduais. Esclareceu que no final do documento constavam todos os eventos
52 realizados em prol dessa discussão da NOB. A seguir, passou a palavra para a mesa, com a Sra.
53 Denise Colin informando que a idéia seria a revogação da NOB de 2005, adotando a norma
54 indicada em tela como referência da organização do Sistema público, discorrendo sobre os avanços
55 constatados e a necessidade dessa inovação. Relatou o processo de habilitação dos municípios que
56 havia crescido, faltando menos de 100 municípios que estavam habilitados, com essa etapa sendo
57 vencida, tendo que se fazer esse acompanhamento e aprimorando o Sistema. Falou sobre os
58 procedimentos para ampliação da participação dos usuários, ademais de outras questões, com esse
59 novo texto absorvendo toda a evolução acontecida no campo da Assistência Social e as demais
60 normas sobre o tema. Relatou como a discussão sobre a questão havia transcorrido na CIT e,
61 posteriormente, com a apreciação e deliberação do CNAS, sendo apresentada nessa oportunidade
62 para que todos pudessem apreciar e fazer suas sugestões. Destacou a necessidade da NOB, ato
63 normativo que regulava a estruturação e funcionamento do SUAS, discorrendo sobre seu histórico
64 desde 1997 e sobre as questões que normatizava, com essa nova versão sendo colocada em prática a
65 partir de 2013. Falou sobre os serviços regionais e a ação dos Secretários de Estado em implantar a
66 NOB e todos os estados, definindo esses serviços, sob o monitoramento da CI, que estabelece
67 mecanismos de cooperação intergovernamental para essa atuação regional, ademais de uma
68 previsão específica para o Distrito Federal, discorrendo sobre sua especificidade. Prosseguindo, a
69 Sra. Denise Colin ressaltou que continuariam aprimorando esses serviços, visando ofertar a política
70 com qualidade, com o Censo SUAS e os demais dados disponíveis, para fazer um diagnóstico e um
71 mapeamento das principais situações de vulnerabilidade de risco, verificar a organização e
72 estruturação do Sistema em cada uma das esferas, e do que precisaria ser aprimorado e efetivado em
73 todo o país. Falou sobre o conjunto de indicadores e um sistema informatizado que faria esse
74 acompanhamento dessa rede por seu respectivo segmento. Informou que haviam previsto para
75 quatro anos com revisão anual, coincidindo com o PPA de cada localidade, tendo-se o planejamento
76 de cada ente, tanto da gestão, quanto do financiamento e do orçamento vinculado ao plano de
77 Assistência Social e vinculado a esses pactos. Discorreu como esse acompanhamento seria
78 realizado e as medidas que seriam tomadas no caso de não cumprimento das normas. Falou sobre os
79 pisos por serviços, tendo os índices de gestão, IGD Bolsa e IGDSUAS, as contas existentes,
80 informando haver autorização para que também se passasse a Fundo a Fundo despesas de capital,
81 com o Decreto sendo regulamentado para orientar municípios, após aprovada a NOB. A Sra. Denise
82 Colin arrazoou sobre as instâncias reconhecidas como de deliberação do SUAS, as estratégias para
83 seu fortalecimento, obrigações, responsabilidades dos Conselhos e dos entes para com os mesmos,
84 definindo percentual para seu funcionamento. Indicou, como instâncias de pactuação, a CIB e a
85 CIT, falando sobre suas competências e pactuações nos âmbitos competentes, considerando as
86 especificidades regionais. Observou que nas regras de transição, valiam as da NOB de 2005, com
87 sua efetivação a partir de janeiro, conforme deliberação do CNAS, passando as novas regras para
88 todos os gestores de Assistência Social, para que se organizassem para viabilizar tudo o que estava

89 previsto. A Presidenta do CNAS passou a palavra para a Sra. Maria Aparecida Ramos de Meneses,
90 que agradeceu a oportunidade de abordar o significado do pacto federativo na vigência da nova
91 NOBSUAS, em representação do FONSEAS. Destacou a importância das reuniões ampliadas do
92 CNAS para difundir o novo estágio do SUAS, com a vigência da nova NOB pactuada na CIT e em
93 discussão no CNAS, discorrendo sobre os novos elementos do SUAS como mecanismos de controle
94 democrático do processo de nacionalização da Assistência Social. Colocou os desafios do novo
95 pacto, principalmente para os estados, ressaltando o reconhecimento dos municípios como entes
96 autônomos, e a garantia das seguranças dos serviços conforme afiançadas pelas políticas, o que
97 implicava em investimentos e a composição de uma ampla e qualificada rede de proteção
98 socioassistencial mediante o aperfeiçoamento da ação cooperada entre as esferas do governo, para o
99 que estavam construindo coletivamente uma reforma na esfera pública da Assistência Social,
100 atingindo a toda a população, com qualificação da gestão e dos serviços, ampliando o sistema de
101 proteção social. A Sra. Maria Aparecida falou sobre as funções da Assistência Social na proteção
102 social, com a adesão significativa de municípios e estados, mas com novas exigências a partir da
103 vigência da Lei nº 12.435/2011 e da nova NOB. Observou que a proteção social promovida por essa
104 política havia contribuído com a redução da pobreza, relacionado com a ampliação progressiva da
105 proteção social não contributiva, especialmente pelo BPC e pelo Programa Bolsa Família,
106 destacando os impactos positivos detectados pelo Censo de 2010 do IBGE. A Sra. Maria Aparecida
107 falou sobre as ações a serem tomadas pelos estados em relação aos municípios, para o
108 desenvolvimento local e regional, tendo em vista os elevados indicadores de pobreza e outros,
109 associados nos municípios de pequeno e médio porte nos territórios intraurbanos. Falou sobre a
110 efetivação dos serviços com a ação integrada com a União e a importância da coordenação nacional
111 e a referência dos estados para os municípios, indicando os serviços prestados na área da
112 Assistência Social e que eram beneficiados com essa parceria, destacando a expansão desses
113 serviços. Observou que a relação entre os entes federados quanto ao compartilhamento de
114 responsabilidades, e frente à primazia do estado quanto a essa diretriz de descentralização
115 requereria maior unificação em todos os atributos essenciais do SUAS, especialmente quanto ao
116 financiamento, a gestão integrada dos sistemas de informação e o processo de acompanhamento
117 complementar. Falou sobre a nova agenda política centralizada em processos unificados de
118 aprimoramento e acompanhamento da capacidade gestora dos entes federados, indicando, ademais a
119 centralização das principais inovações da NOB. Concluindo, a Sra. Maria Aparecida ponderou que
120 o SUAS, em sua nova etapa de qualificação da gestão, considerava a adoção de mecanismos de
121 acompanhamento e avaliação que possibilitassem a correção de processos e redefinição do
122 planejamento. Que o SUAS em sua nova etapa ao qualificar a gestão elevava a agenda política
123 nacional em torno da ampliação dos direitos e da proteção social no Brasil com centralidade na
124 erradicação da miséria, na proteção às famílias e no protagonismo dos usuários, o que supunha
125 regulações, investimentos e práticas comprometidas com a gestão pública e democrática,
126 discorrendo sobre a política de Assistência social ao longo dos tempos. A Sra. Júlia Deptulski,
127 agradeceu pela oportunidade de o CONGEMAS estar contribuindo com esse debate, falando sobre
128 o avanço da NOBSUAS ao longo dos anos. Destacou os desafios existentes quanto aos municípios,
129 considerando os portes existentes e as especificidades de cada região, ademais de considerar a
130 necessidade de estrutura para as Secretarias de Estado de Assistência Social e com o apoio do
131 governo federal, estadual e municipal. Ponderou que os desafios eram grandes, mas que se houvesse
132 vontade política e estrutura nos estados e municípios, com certeza mudariam a história do país, o
133 que já vinha acontecendo, discorrendo sobre os avanços alcançados. Ressaltou a importância de que
134 as Secretarias de Estado de Assistência Social, cujo papel fundamental era o monitoramento da
135 Política de Assistência, pudessem acompanhar os municípios, com o estado tendo papel primordial
136 nesse monitoramento e na capacitação qualificada do trabalhador. Falou sobre os recursos
137 necessários para essas ações, sendo preciso conhecer o valor dos serviços da Assistência Social para
138 identificar o cofinanciamento necessário, com os municípios colocando nos seus orçamentos

139 recursos para esses gastos, com a participação do governo federal e dos estados, discorrendo sobre
140 as dificuldades existentes com relação ao cumprimento dos convênios. Ressaltou que o CNAS
141 deliberando sobre a NOBSUAS 2012 era de fundamental importância, sendo preciso que o pacto de
142 aprimoramento na gestão SUAS viesse para implantar os planos municipais de Assistência Social.
143 Informou que o CONGEMAS já havia iniciado seus encontros regionais, concluindo todas as
144 regiões em fevereiro de 2013, não podendo implantar política de Assistência se não conseguissem
145 identificar as desigualdades regionais e atender a população nas suas necessidades, precisando,
146 também, ter Secretarias Estaduais de Assistência Social e CIBs fortes, para se pactuar essa política,
147 o financiamento e o cofinanciamento. Que quando se entendesse que a implantação de política se
148 dava com o debate, junto com as três esferas de governo, em uma política nacional, superariam
149 todas as dificuldades. A Presidenta do CNAS deu início às inscrições, com a Sra. Soraia Helena, de
150 Nova Lima/MG, Secretária Executiva do Conselho de Assistência Social, que falou sobre as
151 dificuldades que a sociedade atual trazia, com a política de Assistência podendo, ou não, atender
152 essa população. Que a Política de Assistência estava estruturada e vinha sendo operacionalizada
153 através do SUAS, que precisava ser constantemente renovado, considerando o tripé que o integrava:
154 Conselhos, entidades e organizações da sociedade civil, com o espaço para discussão e efetivação
155 da política sendo os Conselhos. Observou que as Secretarias Executivas, responsáveis por dar apoio
156 técnico aos Conselhos, estavam sem estrutura adequada para funcionar, indagando o que vinha para
157 melhorar essa situação, dentro dessa nova pactuação. A Sra. Cristina Zanol, Conselheira do
158 Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho de Vila Velha/ES, informou ser da sociedade
159 civil, ponderando que a responsabilidade dos entes enquanto esfera federal, estadual e municipal
160 não havia sido citada, assim como a sociedade civil, tendo que ter responsabilidades. Observou, não
161 entender que não houvesse dentro da política e das proposições dos gestores municipais e estaduais
162 a consideração do SUAS enquanto política de governo nos municípios e também nos estados, o que
163 gostaria que fosse colocado, haja vista que havia que pensar a política de Assistência Social
164 coletivamente. A Presidenta indicou a pergunta do Sr. Hélio Camilo, de São Gonçalo: *“Gostaria
165 que se falasse mais sobre o Plano de Aprimoramento, como será a supervisão?”* a Sra. Denise
166 Colin respondeu à Sra. Soraia sobre a previsão da NOB para os Conselhos e Secretarias-Executivas,
167 indicando que o texto estava disponível no *site* da SNAS do Conselho Nacional, relatando a
168 responsabilidade prevista para a União, estados, Distrito Federal e municípios, definindo o que cabia
169 a cada um desses entes em relação ao Conselho. Respondendo à Sra. Cristina sobre a
170 responsabilidade da sociedade civil, colocou que a própria constituição trazia reconhecimento da
171 sua importância em todo o processo de elaboração das políticas públicas, discorrendo sobre suas
172 competências. Esclareceu o porquê de os candidatos não pautarem na sua agenda política a
173 importância da área da Assistência Social nas suas esferas, tendo evoluções nessa questão,
174 indicando ter solicitações de candidatos e de partidos para fazer essas discussões nos seus espaços e
175 para tomar conhecimento dessa área. Falou sobre o legado histórico de assistencialismo, que ainda
176 era muito forte, ainda não tendo sido assimilado pelos representantes da população, a importância
177 dessa área na organização da oferta de serviços públicos para os cidadãos. Destacou a importância
178 da sociedade civil, haja vista que a pressão da sociedade era mais decisiva para incluir e aprovar
179 essas questões no legislativo. Ponderou que outra atribuição da sociedade e do próprio Conselho era
180 conclamar esses representantes nas suas reuniões, e apresentar as demandas existentes, e também
181 comparecendo em todo o processo de votação. Quanto à pergunta do Sr. Hélio, informou, sobre o
182 funcionamento do pacto, que a idéia era de que em cima do plano que cada município, estados,
183 Distrito Federal e União elaborassem, e com as informações disponíveis, diagnosticassem a
184 realidade desses entes, retornando essas informações para os gestores municipais, os setores de
185 vigilância, que fariam essa interpretação e retornariam com demandas existentes nessas localidades,
186 sendo discutidas na CIT as metas e prioridades nacionais, e nas CIBs, as metas e prioridades
187 estaduais e regionais, discorrendo sobre as mesmas e os planos para sua execução. A Sra. Maria
188 Aparecida, dirigindo-se à Sra. Soraia, falou sobre a importância do Conselho para a consolidação do

189 SUAS, com a atuação qualificada do Conselheiro possibilitando autonomia em uma interlocução
190 qualificada, tendo que se investir nessa capacitação. Quanto à responsabilidade da sociedade civil,
191 colocada pela Sra. Cristina, falou sobre as diversas instâncias desse segmento, referindo-se à
192 população organizada, que permitiria as tarefas a serem realizadas pelo SUAS. Ponderou que não
193 poderiam colocar tarefa que o SUAS não poderia cumprir, com essa atividade dependendo do grau
194 de maturação política, cultural da própria sociedade, relatando algumas situações ocorridas na
195 Paraíba, protagonizadas por candidatos políticos. Dirigindo-se ao Sr. Hélio, colocou ser importante
196 destacar que o planejamento e o acompanhamento eram elementos essenciais no aprimoramento da
197 gestão e da política, assim como a qualificação dos serviços e demais ações. Ponderou a
198 importância da colocação da Sra. Denise Colin sobre a questão da vigilância socioassistencial,
199 discorrendo sobre sua importância e os procedimentos que estavam sendo tomados nessa direção. A
200 Sra. Júlia concordou com as colocações anteriores, mas considerando a participação da sociedade
201 civil de suma importância, conforme disposto na Constituição, mas tendo que ser preservada do
202 debate político. Observou que os Conselhos tinham um papel fundamental, espaço onde disputas
203 políticas eram realizadas, mas para consolidar alguma política. Respondeu à Sra. Soraia que estava
204 bem clara na NOB a questão do fortalecimento dos Conselhos, relatando o percentual que o
205 governo federal estava autorizando a gastar do IGDSUAS para fortalecimento dos Conselhos,
206 discorrendo sobre a responsabilidade enquanto gestores municipais de terem investimento na
207 qualificação dos Conselheiros. A Presidenta do CNAS indicou a pergunta *“Dentro da Política de
208 Assistência Social as organizações e entidades de Assistência exercem um papel fundamental, tanto
209 na execução do serviço, quanto vocalizador dos anseios da população usuária dos serviços dos
210 Conselhos e demais instâncias dentro da nova NOB. Existe a possibilidade de financiamento para
211 essas atividades que compõe a rede, uma vez que em muitos municípios elas dependem unicamente
212 de leis de subvenção municipal, o que acaba restringindo e sugulmando a ação dos Conselheiros
213 não governamentais que acabam cedendo a pressões do governo para não prejudicar a sua
214 entidade ou representação.”* O Sr. Allan Carvalho, representante do Fórum de Assistência Social da
215 cidade de São Paulo, discorrendo sobre como no seu estado, parte da sociedade civil se deixava
216 cooptar por outros interesses. Registrou a presença da sociedade civil na mesa de abertura, tendo
217 sido mais especial ainda se fosse feita por um usuário do serviço de Assistência Social. Falou sobre
218 a LOAS e o SUAS, criação da sociedade civil, com a responsabilidade atual sendo pela sua
219 efetivação. Informou ter acontecido em maio o encerramento da Conferência de Transparência e
220 Controle Social, Consocial, com deliberações a nível nacional, com um dos seus eixos sendo o
221 controle social de como fortalecer esses espaços, criando órgãos e conselhos com caráter
222 deliberativo e não apenas consultivo, falando sobre os eventos ocorridos e agendados e sugerindo
223 continuar essa discussão por e-mail. A Sra. Dalva Deodato indagou qual o prazo que os municípios
224 teriam para constituir as suas equipes de referência nas suas unidades estatais, citando Franca, de
225 grande porte; e, sobre a implementação do termo de aceite feito em junho para implementar o
226 Centro Pop e serviço de acolhimento institucional para pessoas adultas e famílias em situação de
227 rua, que não haviam conseguido fazer. Indagou quando sairia a regulamentação para utilização de
228 parte de recursos recebidos através do Fundo Municipal em despesas de capital. A Presidenta do
229 CNAS informou ter recebido convite do Fórum de Assistência Social de São Paulo, para participar
230 na reunião, no dia 13 de dezembro como representante do CNAS. Falou para todos que a sociedade
231 civil estava representada nessa mesa por ser a Presidente do Conselho Nacional da Assistência
232 Social e não do Conselho Nacional dos organismos governamentais. A Sra. Denise Colin,
233 respondendo ao Sr. Allan, indicou mais algumas conferências realizadas para o desenvolvimento
234 regional, citando os temas tratados, com a participação de todos os segmentos. Respondendo à Sra.
235 Dalva, em relação às equipes de referência, informou que o prazo para a implantação dessas equipes
236 já havia sido dado, havendo pela NOB em vigência um número de trabalhadores e pela NOBRH um
237 número de trabalhadores por porte do município, por equipamento, tendo alguns que não cumpriam
238 essas exigências, sendo identificados no IDCRAS como uma avaliação insuficiente em

239 determinados quesitos. Que essa discussão seria retomada nos pactos de aprimoramento da gestão,
240 sendo uma das atribuições de estados e municípios. Sobre o termo de aceite do Centro de População
241 de Rua e do serviço de acolhimento para a população de rua, informou que o município de São
242 Paulo havias tido uma oferta muito maior do que a que havia aceitado, discorrendo sobre a
243 desproporção entre o havia sido identificado como necessário, o disponibilizado de cofinanciamento
244 federal, conforme o planejamento que teria que colocar, e efetivamente o número que havia sido
245 aceite pelo município de São Paulo. Que como não haviam conseguido implantar no prazo
246 estipulado, certamente a prorrogação seria acolhida pelo Ministério, haja vista não ser possível
247 penalizar os usuários em função da dificuldade do órgão gestor. Informou que a regulamentação das
248 despesas de cartão estava bem adiantada, com o Diretor do Fundo fazendo uma exposição do
249 Decreto no dia seguinte. Referiu-se à última pergunta sobre o papel e o cofinanciamento para as
250 entidades não governamentais, entendendo que quando se referiam à rede socioassistencial e
251 prestação de serviços, entendiam sua oferta tanto pelos equipamentos públicos quanto pelas
252 entidades não governamentais. Que quando se mencionava pisos e cofinanciamento federal, que
253 seriam agregados valores de cofinanciamento de estados e de municípios para ver o custo dos
254 respectivos serviços conforme o porte apresentado. Agradeceu a oportunidade que o CNAS estava
255 dando para os gestores de estar enquanto CIT apresentando necessidades de aperfeiçoamento de
256 uma norma, para que o SUAS não apenas se aprimorasse, mas também tivesse capilaridade e
257 eficiência necessária para mudar os indicadores e a realidade da população brasileira
258 particularmente dos usuários da política de Assistência Social. A Sra. Maria Aparecida falou que,
259 com relação ao financiamento, haveria uma oficina sobre o marco regulatório do terceiro setor,
260 oportunidade onde poderiam aprofundar essa discussão. Colocou, com relação à sociedade civil,
261 que pior do que não ter autonomia, era ter uma autonomia regulada, devendo se entender quais eram
262 as diversas instâncias desse segmento, com a participação social se expressando de diversas formas,
263 sendo tarefa de toda a sociedade e de projetos políticos, inclusive partidários. Que no SUAS a
264 participação se dava no âmbito dos Conselhos, requerendo qualificação para ser executada
265 plenamente, discorrendo sobre a participação de todas as instâncias para a efetivação dessas ações,
266 envolvendo a sociedade como um todo. Falou sobre a importância do acesso à informação, com a
267 população tendo acesso às informações disponibilizadas pelos órgãos, mas existindo as dificuldades
268 de acesso à informação e também o grande número de analfabetos existentes, tendo que se
269 transformar a sociedade brasileira, o que demandaria tempo, colocando-se à disposição para essa
270 discussão. A Sra. Júlia, dirigindo-se ao Sr. Alan, observou que a sociedade civil tinha que se
271 organizar para mostrar qual era seu papel, discutindo-se não a disputa em si, mas sim falando-se da
272 implantação de política onde o Conselho era um espaço legítimo, inclusive de disputa política e não
273 de políticas partidárias. Encontrava que o CONGEMAS tinha um papel fundamental de garantir o
274 funcionamento dos Conselhos nos municípios, com os mesmos tendo que ter empoderamento.
275 Observou não ter dúvidas que as entidades não governamentais, prestadoras de serviços faziam
276 parte da rede dos serviços, que era pública e privada. Falou sobre o papel de estado que a sociedade
277 civil fazia, com o mesmo devendo assumir seu lugar e aprovar a política pública, com a sociedade
278 civil tendo ocupando seu lugar na rede de prestadora de serviço, discorrendo sobre essa questão.
279 Agradeceu ao CNAS pela oportunidade, com o estado sendo privilegiado por essa reunião, com a
280 discussão da nova NOBSUAS. A Presidenta do CNAS agradeceu às participantes da mesa e à
281 Plenária, discorrendo sobre o fortalecimento do controle social. Informou sobre o encontro nacional
282 do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, nos dias 04, 05 e 06 de
283 dezembro, em João Pessoa, com a participação de um Conselheiro por Conselho Estadual.
284 **ENCERRAMENTO.** O Mestre de Cerimônias agradeceu à mesa, solicitando uma salva de palmas
285 e solicitando o retorno de todos às 14h30. **ABERTURA.** O Mestre de Cerimônias saudou o Pleno e
286 os internautas que acompanhavam o evento pelo *site* do MDS, dando continuidade à Reunião
287 Ampliada e Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social, com o painel com o tema
288 “A Lei do SUAS – Conquista da Assistência Social”. Convidou para coordenar a mesa a

289 Subsecretária de Assistência Social e também Presidente do Conselho Estadual de Assistência
290 Social, Sra. Sandra Shirley; a Diretora de Gestão do SUAS da SNAS do MDS, Sra. Simone
291 Albuquerque; e, a Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Leila Pizzato.
292 A seguir, O Mestre de Cerimônias passou a palavra para a Sra. Sandra Shirley, que passou a palavra
293 para os palestrantes. A Sra. Leila Pizzato cumprimentou os presentes, falando sobre a Lei do SUAS
294 e sua trajetória, com avanços que estimulavam a prosseguir nessa caminhada em direção à
295 consolidação do SUAS, significando a materialização dessa importante política pública. Ressaltou
296 que essa conquista remetia a novos paradigmas, com o principal sendo o rompimento com as
297 práticas assistencialistas e caritativas, discorrendo sobre a organização da sociedade civil e sua luta
298 em busca do entendimento para que a Assistência Social fosse reconhecida constitucionalmente
299 como política pública. Falou sobre a conquista da LOAS, que afirmava uma série de, haviam
300 passado a organizar a gestão, o financiamento e o controle social, nascia a CIBs, a CIT, a Política
301 Nacional de Assistência Social, a NOB da Assistência Social, a NOB RH, as Regulações do CNAS,
302 através de Resoluções, trabalho que demandava revisões e aprofundamentos, amadurecimento que
303 se materializava na Lei do SUAS nº 12.435. Que essa Lei convocava a atualizar a NOBSUAS,
304 incorporando as conquistas efetivadas em Lei, passando a apontar algumas conquistas importantes
305 na gestão, financiamento e controle social. A Sra. Leila Pizzato encerrou sua fala, indicando quer a
306 conselheira Simone com certeza aprofundaria essas questões. A seguir, a Sra. Sandra Shirley falou
307 sobre sua trajetória profissional, passando a palavra para a Conselheira Simone, que cumprimentou
308 a mesa e o pleno e agradeceu pela oportunidade. Relatou que o SUAS era uma decisão da IV
309 Conferência Nacional de Assistência Social de dezembro de 2003, discorrendo sobre os avanços
310 que haviam ocorrido a seguir, com a LOAS sendo sancionada em julho de 2011. Falou sobre os
311 avanços da Lei nº 12.435, discorrendo sobre os objetivos da Assistência Social e suas funções,
312 importantes para a Assistência Social. Observou que a LOAS havia dado caráter público às
313 entidades de Assistência Social, com suas ofertas devendo ser de atendimento, assessoramento ou
314 defesa de direitos e de forma continuada, permanente e planejada, o que era uma mudança radical
315 de compreensão das entidades de Assistência Social. Arrazouo como as entidades haviam passado a
316 ser vistas, adotando um papel de atendimento, mas também de assessoramento e defesa de direitos,
317 o que não ocorria em nenhum outro sistema público. Indicou os princípios e as diretrizes da LOAS,
318 com o SUAS recompondo essas diretrizes de descentralização, política administrativa, a
319 participação da população e a primazia na responsabilidade do estado, falando sobre o
320 reconhecimento dos entes, que era fundamental para a conquista do direito socioassistencial.
321 Ponderou que o SUAS não era só um modelo de gestão, mas não podendo ser tratado apenas assim,
322 tendo o objetivo claro de garantir direitos, o que era importante frisar nos avanços da Assistência
323 Social. A Conselheira Simone indicou que a Assistência Social brasileira ganhava um capítulo
324 específico para tratar de sua organização e gestão, sendo que a LOAS não tinha nenhuma área que
325 discutisse a gestão, sendo muito importante esse artigo. Falou sobre a gestão compartilhada, que
326 integrava a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecendo
327 responsabilidades comuns e específicas dos entes federados na organização, regulação, manutenção
328 e expansão das suas ofertas. Ressaltou que a LOAS ainda requeria que a Assistência Social se
329 profissionalizasse, implementando a gestão do trabalho e educação permanente, ponderando que
330 discutir a educação permanente e a gestão do SUAS talvez fosse uma das estratégias da gestão do
331 SUAS mais importante para o combate ao assistencialismo. Indicou que a LOAS também
332 estabelecia a gestão integrada e de serviços e benefícios, relatando o grande número de conferências
333 onde discutiam a separação entre serviços e benefícios e que a LOAS havia encerrado. Que o SUAS
334 era um Sistema bastante complexo dentro do sistema de proteção social brasileiro, ofertando
335 serviços e benefícios, discorrendo sobre como integrar suas ofertas e quais eram as necessidades de
336 seus usuários. Que esse era um importante desafio, com a função de vigilância socioassistencial no
337 SUAS vindo para colaborar com a gestão integrada, cobrindo as necessidades dos usuários da
338 Assistência Social e afiançando o direito socioassistencial. Destacou outras questões que a Lei nº

339 12.435 clarificava, a proteção básica, os projetos básicos ofertados nos CRAS, indicando o PAIF e,
340 nos CREAS, o PAEF, discorrendo sobre os mesmos, com esses equipamentos atendendo as
341 necessidades dos territórios. A Conselheira Simone ressaltou a valorização pelo SUAS das equipes
342 de referência, que contavam com informações, com processos de educação permanente e
343 constantes. Que outra característica da rede de Assistência Social colocada pela LOAS era que suas
344 entidades também não compunham a rede de forma complementar, discorrendo sobre a importância
345 desse avanço da Assistência Social e sendo decisão da Conferência o que o CNAS queria para a
346 mesma. Falou sobre as entidades de Assistência Social, segundo a LOAS, devendo ser de
347 atendimento, assessoramento, ou defesa de direitos, com suas ofertas planejadas de forma
348 continuada e tendo que ser inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social, colocando
349 outras questões. Observou que na rede socioassistencial os governos estaduais tinham um
350 importante papel na constituição da rede socioassistencial, devendo organizar as associações e
351 consórcios municipais nas ofertas e prestação de serviços. Observou que os dados do Censo SUAS
352 2011 indicavam que havia uma baixa cobertura à proteção social especial, de média e alta
353 complexidade, tendo a ver com a organização dos serviços regionais, já colocados na LOAS. Falou
354 sobre o controle social e como era tratado na LOAS, procedendo à leitura do parágrafo único do
355 artigo 16. Falou sobre a importância da participação popular ,mas que muitas vezes tinha que ser
356 arcada pelos próprios Conselheiros, com esses gastos estando incorporados na LOAS, ademais do
357 recurso destinado à estruturação dos Conselhos, mas para o que era preciso ter bons indicadores,
358 esclarecendo como os mesmos poderiam ser acompanhados dentro dos CRAS. A Conselheira
359 Simone discorreu sobre o apoio financeiro à gestão, esclarecendo o que a LOAS trazia sobre a
360 questão e os importantes avanços trazidos pela Lei nº 12.435 e que precisavam ser traduzidos nos
361 normativos, sendo esse o motivo desse debate da NOB, promovido pelo CNAS. Que estavam
362 discutindo o que os municípios e governos estaduais precisavam rever em suas legislações, citando
363 as equipes de referência a serem criadas nos Centros de Referência, os serviços socioassistenciais
364 continuados, com essas ações dando segurança para a continuidade dessas ações. Ponderou ser
365 importante que as leis municipais reconhecessem as entidades de Assistência Social como parceiras
366 através do vínculo SUAS, trazendo os avanços colocados na Lei Nacional, citando a necessidade de
367 chamamento público, instituição de Fundos, privilegiando a transparência desse processo. Destacou,
368 também, a necessidade de revisão das leis estaduais, esclarecendo as competências dos governos
369 estaduais, deixando clara sua responsabilidade com a manutenção dos Conselhos Estaduais. A
370 Conselheira Simone ressaltou a necessidade de consolidarem essas leis, também com as CIBs,
371 discorrendo sobre seu reconhecimento como instância de pactuação e planejamento dos serviços de
372 maior custo ou de ofertas regionais. Indicou que no dia seguinte haveria uma oficina sobre as
373 mudanças apontadas pelo Censo nas leis dos Conselhos estaduais e municipais. Concluindo,
374 afirmou que a LOAS era o sonho de várias gerações, esperando que se concretizasse devido à sua
375 importância para toda a população brasileira. A Sra. Sandra Shirley passou para o debate, com a
376 Sra. Soraya Helena solicitou esclarecimentos quanto à incorporação da Lei 12.435 pela LOAS, do
377 artigo 6º B, inciso III, § 3º, a respeito do financiamento integral das entidades parceiras que
378 participavam da rede socioassistencial, colocando o que estava previsto sobre contratos. Solicitou
379 maiores colocações sobre as ouvidorias da política de Assistência Social, considerando esse direito
380 uma conquista e não uma concessão. O Sr. Miguel Felício, Secretário de Desenvolvimento Social
381 de Vitória da Conquista/BA, solicitou maiores esclarecimentos sobre a questão do financiamento de
382 bens, considerando a dificuldade existente nos municípios quanto aos seus espaços próprios.
383 Informou ter assumido a Secretaria recentemente, com as administrações de sua cidade tendo
384 preocupação com a Assistência Social, mas com a formação da mão de obra sendo um problema
385 concreto, discorrendo sobre as dificuldades e a rotatividade existente. Solicitou que fosse colocada a
386 possibilidade de se amarrar melhor essa questão da continuidade da educação, especialmente
387 forçando um pouco mais para que o município cumprisse rigorosamente com essa questão. A Sra.
388 Geovana Silva, representante do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro,

389 Instituição Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e Assistente Social, indagando qual a equipe
390 mínima para uma instituição de assessoramento, assunto tratado pela Resolução 17, e se competia
391 equipe mínima às instituições da rede socioassistencial privada. A Sra. Patrícia Maia indagou como
392 o MDS e o próprio governo do estado, principalmente no estado do Espírito Santo, faria o
393 monitoramento em relação à execução orçamentária, relatando como essa situação era tratada nos
394 municípios, com a nova NOBSUAS trazendo essa questão mais amarrada, o que dificultaria sua
395 aplicação. A Conselheira Simone, dirigindo-se à Sra. Soraya, falou sobre o financiamento integral
396 dos serviços pelo Sistema, com estudos sendo realizados a respeito de qual seria o financiamento
397 mais adequado, ademais de definir o que era a oferta integral. Que a LOAS pretendia, ao colocar
398 esse artigo, seria dizer que os serviços deveriam ser gratuitos e, portanto, o financiamento das
399 ofertas também deveria ser integral. Falou sobre a importância de implantação das ouvidorias,
400 avanços conquistados como modelos de participação na constituição, já existindo em muitos órgãos
401 tendo uma parte específica da Ouvidoria do MDS que se dedicava ao SUAS. Com relação à
402 pergunta do Sr. Miguel, falou sobre a política de construção do MDS, tendo pouco tempo que
403 tinham um financiamento específico para a construção, caminhando a passos largos para se ter
404 CRAS e CREAS de melhor qualidade, indicando haver no site do MDS uma planta padrão, modelo
405 que estava sendo discutido com os municípios, sendo construída a partir do diagnóstico das
406 necessidades das famílias, com o MDS oferecendo serviço de construção das plantas aos
407 municípios. Falou sobre as melhorias que estavam sendo feitas, com o modelo de convênio com
408 município não tendo dado certo, sendo aprimorado um modelo com a Caixa, com o Decreto do
409 Fundo trazendo uma possibilidade de que pudesse fazer esse repasse Fundo a Fundo para a
410 construção. Ressaltou a questão colocada sobre encontrar terrenos adequados em territórios de
411 maior vulnerabilidade de risco, com as pesquisas ajudando na identificação desses problemas. Que
412 seria preciso produzir uma melhor regulamentação a respeito da construção de CRAS e CREAS no
413 Brasil, com sua colocação na LOAS sendo um importante passo, que melhoraria ainda mais com a
414 incorporação nas legislações municipais. Observou que a área administrativa também tinha um
415 modelo de funcionamento, com base de orientação na Instrução Normativa número 01 e na nº 3,
416 que eram as orientações convenientes. Ressaltou a importância da formação específica para a área da
417 Assistência Social, não só para as equipes de referência, mas também para a gestão, discorrendo
418 sobre as dificuldades existentes nas equipes de referência do CRAS. Informou ter dentro do
419 Capacita SUAS um patamar formativo dedicado aos profissionais que trabalhavam na gestão,
420 indicando os temas tratados, ademais de orientação técnica para os profissionais da área. Falou que
421 o MDS investia na descentralização e em tecnologia., tendo no site do Ministério várias oficinas,
422 que poderiam ser feitas pelas equipes da gestão ou da administração. Dirigindo-se à Sra. Geovana
423 falou sobre a equipe para as ofertas dos serviços, sendo uma rede única, mas não sendo feito tudo o
424 que o SUAS precisava, destacando o que havia sido efetivado, mas havendo a necessidade de
425 estruturar as equipes de referência, observando que muitos municípios ainda não as possuíam, de
426 acordo com o estabelecido na NOB-RH, tendo que se estabelecer os profissionais e serviços mais
427 necessários. Quanto à questão da dificuldade na execução orçamentária colocada pela Sra. Patrícia,
428 indicou como o MDS faria esse monitoramento, e como os municípios deveriam investir esse
429 recurso, com algumas questões sendo autorizadas como os concursos públicos, informando que no
430 dia seguinte o assunto seria tema de uma oficina. Quanto ao questionamento sobre investimento na
431 capacitação dos trabalhadores, passou para a Conselheira Leila, que observou que o Conselho tinha
432 que insistir com esse gestor, olhando para o Plano Municipal de Assistência Social com atenção e
433 com cuidado, onde deveria constar essa qualificação. Que após aprovar, o Conselho deveria
434 acompanhar e fiscalizar a execução desse plano, com a Assistência Social sendo uma política que se
435 preocupava com a profissionalização. A seguir, a Sra. Larissa, Coordenadora de Gestão do SUAS
436 do estado do Paraná, da Secretaria de Família e Desenvolvimento Social, que discorreu sobre a
437 precária situação de trabalho no final desse processo de gestão de muitos municípios, o que
438 promovia a inconsistência do Sistema. Acreditava que todos os estados os municípios estivessem

439 com dificuldades na continuidade dos serviços dos seus equipamentos, discorrendo sobre essa
440 situação. Observou que essa mesa era para discutir avanços, mas também sobre como enfrentar essa
441 realidade, considerando que a própria educação e saúde, políticas consolidadas havia mais tempo,
442 estavam enfrentando essa situação. Observou que a estratégia seria a criação por Lei dos CRAS,
443 assim como outras ações, que deveriam ampliar esse debate. A Sra. Júlia esclareceu que os maiores
444 financiadores eram os municípios, fazendo o cofinanciamento, sendo mudada apenas a sua lógica,
445 discorrendo sobre os Fundos existentes e os recursos utilizados na implantação da política. Sugeriu
446 que após o término dessa Reunião Descentralizada, os gestores municipais, técnicos, trabalhadores
447 de Assistência Social, que não aguentavam mais receber mandatos de prisão pelo MPU, pelo não
448 cumprimento do prazo, elaborassem um documento contra essa situação. A Sra. Solange Bueno,
449 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do estado de Santa Catarina, Presidente
450 representando a sociedade civil, e Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social de
451 Florianópolis. Questionou como os estados e municípios colocariam o cofinanciamento dentro do
452 orçamento, não podendo pensar em execução de serviço de qualidade se não tivessem uma previsão
453 de quanto se pensaria no orçamento para investir na Assistência Social. Ponderou que como
454 estavam discutindo leis, precisavam pensar como os municípios fariam sua legislação se não
455 tivessem dentro da LOAS o percentual da Assistência Social. A Sra. Nazareth, Conselheira do
456 Conselho Municipal da cidade de São Paulo, representante da sociedade civil, manifestou sua
457 preocupação com relação ao CREAS dessa cidade, que vinha causando um debate com a sociedade
458 civil, discorrendo como o Centro estava organizado. Indagou se o MDS acompanhava essa situação
459 e qual seu posicionamento. A Conselheira Leila referiu-se ao demandado pelo Judiciário, conforme
460 colocado pela Sra. Júlia traz em relação ao Judiciário e sua demanda para a equipe da Assistência
461 Social de pareceres, análises, etc. Lembrou que na última Conferência haviam acolhido uma série
462 de moções repudiando esse funcionamento, com o CNAS tendo feito um encaminhamento ao
463 Judiciário solicitando providências e regularizando seus quadros, colocando as funções da
464 Assistência Social, mas que ainda não haviam recebido resposta, o que não deveria tardar muito,
465 considerando a importância do tema. Ressaltou a gravidade das informações da Sra. Luzia do
466 CEMASI São Paulo, destacando que o CNAS defendia o que estava na LOAS, com o CREAS
467 sendo espaço público, não havendo outro entendimento. A Conselheira Simone referiu-se à fala da
468 Sra. Larissa sobre as relações precarizadas no SUAS e se era estratégico estabelecer o CRAS em
469 Lei. Esclareceu que o CRAS estava na LOAS, discorrendo sobre a questão e indicando como uma
470 lei era tratada e os procedimentos para sua promulgação, esclarecendo como o procedimento quanto
471 à LOAS havia ocorrido. Informou que o CONGEMAS havia tido um encontro no Nordeste semana
472 passada e do qual haviam tirado vários encaminhamentos, um dos quais era a mudança na sua
473 legislação, ponderando que o CNAS aprofundava essas normativas. Considerava que se o município
474 fizesse um bom debate, poderia ter uma boa legislação, criando consenso em torno da legislação da
475 Assistência Social. Com relação ao o Judiciário, indicou que o MDS vinha fazendo grandes
476 esforços nesse sentido, tendo um acordo com os Ministérios Públicos, uma discussão com o
477 Conselho Nacional de Justiça, encontrando que o SUAS necessitava avançar dentro do próprio
478 sistema. Que muitas vezes o Judiciário agia por fragilidade ou por ausência de uma melhor
479 regulação na área da Assistência Social, indicando que a Secretaria da SNAS se dedicava bastante
480 ao debate e articulação intersetorial com o Judiciário, sendo preciso afinar esse debate e lançar uma
481 melhor estruturação do serviço de acolhimento da área de Assistência Social, discorrendo sobre a
482 situação. Indicou a questão trazida pela Sra. Solange sobre os recursos da Assistência Social,
483 indicando ter uma lei no Congresso, que estabelecia 5% do orçamento da seguridade social para a
484 Assistência Social, ponderando que já não estava concorde com a realidade do SUAS, sendo que
485 apenas a União gastava 7% do orçamento da seguridade social com a Assistência Social no Brasil,
486 conforme estudo realizado pelo IPEA, significando 1,07% do PIB brasileiro. Ponderou que do
487 ponto de vista da União, deveriam estudar se essa Lei tinha efeito nos orçamentos estaduais e
488 municipais, sendo preciso continuar a lutar para ter mais certeza do orçamento para a Assistência

489 Social. Ponderou que tinham que saber quanto custava a Assistência Social no Brasil, mas que
490 poderiam achar desenhos mais adequados e que trouxessem o orçamento para essa política. Falou
491 para a Sra. Nazareth que monitoravam essas situações e levavam para a CIT e para deliberação do
492 CNAS. Que no caso dos CREASs, a norma era clara, devendo ter equipes de referência concursadas
493 com plano de cargos, carreiras e salários e com condições dignas de trabalho, tendo certeza que essa
494 situação seria tratado no estado. C Conselheira Simone indicou a pergunta “*Sabendo que a*
495 *Assistência Social é gratuita, como resolver a questão dos usuários do BPC quando moradores de*
496 *casas de longa permanência não sendo ele idoso?*” Observou que no caso de deficiente não
497 consideravam a exceção colocada no artigo 35 do estatuto do idoso como um pagamento, com os
498 serviços sendo gratuitos. Que a exceção era para idoso, sendo que no caso da pessoa com
499 deficiência não existia nenhuma excepcionalidade, sugerindo que fizesse essa denúncia ao
500 Ministério Público, sendo um fato que merecia ser analisado. O Sr. Allan Carvalho falou sobre o
501 percentual da vinculação orçamentária, de 5%, tendo em curso uma discussão sobre reforma
502 tributária que modificaria as fontes de financiamento básicas da Assistência Social, indicando a
503 extinção da CONFIN e falando sobre o imposto que a substituiria e que poderia trazer prejuízo, o
504 que deveria ser discutido. Solicitou que a Conselheira Simone aprofundasse mais um pouco a
505 discussão sobre a primazia do estado, discorrendo sobre a necessidade de parceria entre estado e
506 município. Observou que as conferências haviam sido pouco citadas, relatando ouvir que as
507 mesmas não tinham caráter deliberativo, sendo importante avançar nessa discussão e fazer sua
508 consolidação. Que segundo informação na última Plenária, do FAS, de que um curso dado para os
509 novos Conselheiros Municipais teria feito essa afirmação, com a nova LOAS não apontando mais
510 Conferência como um espaço deliberativo. A Conselheira Leila destacou que as conferências eram
511 a instância máxima de deliberação da política pública, sendo que as Resoluções aprovadas em
512 conferências deveriam ser trabalhadas pelo Conselho Municipal e ser incorporadas ao Plano
513 Municipal e ao Plano Estadual de Assistência Social, assim como havia sido no CNAS e em todas
514 as Comissões a que cada deliberação dizia respeito. Falou sobre a paridade existente, questão que
515 também estava na Lei, existindo outras questões que estavam sendo orientadas no Caderno de
516 Orientação Conjunta MDS e CNAS. A Conselheira Simone, dirigindo-se ao Sr. Allan, falou sobre a
517 primazia do estado, discorrendo sobre a necessidade de ter um patamar de dignidade, de civilidade
518 humana, com o estado exercendo esse equilíbrio, discorrendo sobre as ofertas inerentes ao estado.
519 Que a Constituição trazia que a proteção deveria ser ofertada, primeiro pela família, depois pela
520 comunidade e depois pelo estado, sendo que muitas vezes a Lei dizia que o estado tinha que assumir
521 a responsabilidade, sendo uma das suas primazias a questão da regulação e sobre o papel exercido
522 pelo CRAS que era o representante do estado no território. Observou que a conferência e o
523 Conselho eram deliberativos, com cada um deliberando sobre um aspecto da política, discorrendo
524 sobre esses papéis. Quanto à pergunta do Sr. Adriano sobre a estrutura ideal para o SUAS, sugeriu
525 que acessasse a NOB-RH onde constava a estrutura necessária para a gestão do SUAS. Que
526 investiriam em orientação para as novas Secretarias Municipais de Assistência Social, ademais de
527 constar na NOB em discussão, que trazia também responsabilidades dos entes e as
528 responsabilidades comuns. Com relação à questão das diárias para Conselheiros, discorreu sobre a
529 situação atual, indicando o que a Lei trazia sobre a diária ser correspondente ao cargo ocupado, e
530 como a questão era tratado no CNAS, sendo resolvida essa questão. Com relação aos 60% dos
531 recursos repassados do Fundo e que podiam ser gastos com pessoal, observou que teria que
532 aprofundar esse debate da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando a importância desse
533 assunto. Indagou se existia alguma normativa do Ministério que orientasse que as equipes técnicas
534 dos CRAS e CREAS para preencher o CadÚnico, ou que esse substituísse o cadastro só aos
535 familiares de serviços e como estava a implantação do prontuário SUAS que estava em consulta
536 pública no *site* do MDS. Observou que os profissionais das equipes de CRAS e CREAS eram
537 equipes responsável pelo serviço, com os cadastradores tendo que ter regras específicas para isso,
538 não tendo nenhuma normativa que exigisse que tivessem nível superior, devendo preencher o

539 Cadastro Único. Indicou que o prontuário SUAS estava em fase de impressão e envio para todos os
540 profissionais que trabalhavam em CRAS e CREAS, esclarecendo de que se tratava esse documento,
541 não estando mais em fase de consulta pública. **ENCERRAMENTO.** A Sra. Sandra Shirley
542 considerou encerrada essa mesa, dando alguns informes estaduais e solicitando que os Conselheiros
543 Nacionais permanecessem no auditório para reunião. **ABERTURA.** O Mestre de Cerimônias deu
544 continuidade ao segundo dia da Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS, cumprimentando
545 os presentes e registrando a presença da Subsecretária de Estado de Assistência Social e Presidente
546 Estadual do Conselho da Assistência Social, Sra. Sandra Shirley. Passou à mesa que abordaria o
547 tema “Gestão Financeira do SUAS, um novo Decreto do FNAS”, convidando para compô-la a
548 Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Dóris Margareth de Jesus; o
549 Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social, Sr. Antônio José Henrique; e a ex-Diretora do
550 FNAS, Sra. Gisele de Cássia Tavares. A Conselheira Dóris falou sobre os procedimentos adotados
551 para a exposição e debate sobre os novos parâmetros para a gestão financeira de políticas públicas,
552 falando sobre o novo Decreto do Fundo Nacional e o mudaria com sua adoção. A seguir, a Sra.
553 Gisele agradeceu pelo convite, destacando sua emoção em falar sobre esse tema, conforme indicado
554 no material em tela. Ponderou em que medida esse Decreto do FNAS poderia ser um indutor de
555 mudanças fundamentais no âmbito dos estados e municípios e do Distrito Federal, esclarecendo ter
556 atualizado a exposição feita pela Professora Aldaíza Sposati, relatando o caminho que a Assistência
557 Social havia trilhado desde a Constituição de 1988 e as normas emitidas sobre a questão. A Sra.
558 Gisele discorreu sobre o que a nova lei trazia de modificação e que já vinha sendo operacionalizada
559 sob a forma de NOBSUAS 2005, Decretos, Resoluções do Conselho e todas as normatizações que
560 pudessem acessar. Falou sobre o cofinanciamento que contemplava a gestão, luta e necessidade da
561 Assistência Social, através de transferências automáticas entre os Fundos de Assistência Social e
562 mediante alocação de recursos próprios. Falou sobre o IGDSUAS, sendo necessário ter algo para se
563 basear, considerando que iriam financiar a gestão, havendo, também, um índice na Assistência
564 Social, caminhando-se para seu aprimoramento. A Sra. Gisele falou sobre a aplicação dos recursos
565 pelos municípios e os passos que deveriam seguir, discorrendo como o Fundo havia ficado
566 pacificado na nova Lei, para que a Assistência social pudesse efetivar suas ações, bem como o
567 acompanhamento e controle dos Conselhos. Falando sobre sua aplicação. Falou sobre o Decreto
568 7788, que regulamentava o Fundo Nacional de Assistência Social e as inovações que trazia, com o
569 órgão gestor sendo o MDS, sob orientação e acompanhamento do CNAS. A Sra. Gisele falou sobre
570 como os recursos do Fundo poderiam ser aplicados, as condições para transferência de recursos, a
571 vinculação ao Plano de Assistência Social, com as atividades constando desse Plano e com
572 aprovação pelos Conselhos, ademais de indicar os procedimentos para a prestação de contas. Falou
573 sobre o financiamento das entidades, as quais faziam parte da rede, podendo acessar o recurso da
574 Assistência, esclarecendo como se daria esse procedimento. Indicou, conforme o material em tela,
575 que os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo seriam submetidas à
576 apreciação do Conselho Nacional, com a operacionalização pelo Fundo podendo ser replicadas nas
577 outras esferas, trimestralmente de forma sintética e anualmente de forma analítica, dispositivo que
578 já constava no Decreto anterior. A Sra. Gisele indicou que o novo cenário tinha quatro novas
579 regulações fundamentais, a Lei, o Decreto do IGD, o Decreto do Fundo e a nova NOB, com essa
580 trazendo o detalhamento do Decreto 7788, representando o amadurecimento da Assistência Social,
581 desde a implementação do SUAS e vindo consolidar o Sistema. A Sra. Gisele falou sobre o papel
582 do TCU, que era observar se a Assistência Social fazia a regulação, mas que havia reconhecido o
583 SUAS, antes mesmo de existir uma lei específica, devendo ser seguidas as suas orientações. O Sr.
584 Antônio Henrique, agradeceu pelo convite, discorrendo sobre a legislação e citando o artigo da
585 Constituição que definia a seguridade social, assegurando os direitos relativos à saúde, à
586 previdência e à Assistência Social, are em pauta. Falou sobre a transformação que a mesma estava
587 passando, tanto no aspecto normativo, a expansão da rede dos serviços socioassistenciais e também
588 de aporte de recursos técnicos e financeiros. Discorreu sobre o SUAS, cujo modelo de gestão

589 preconizava o pacto federativo com a definição de competência dos entes das três esferas de
590 governo, organizando as ações por proteção básica e especial, viabilizando o sistema
591 descentralizado e participativo em todo o território nacional e propondo articulação entre os três
592 eixos balizadores dessa política pública, gestão, financiamento e controle social. Discorreu sobre o
593 gráfico relativo à evolução orçamentária da Assistência Social através do MDS, falando sobre a luta
594 mantida para expansão desses recursos, indicando o material disponível no site com orientações
595 sobre os processos de despesas. Falou sobre a distribuição dos recursos por região, as formas e
596 fluxo de financiamento, plano de ação e sua avaliação pelo Conselho, repasse e execução dos
597 serviços na ponta e a prestação de contas e a responsabilidade dos Conselhos e gestores na
598 aplicação do recurso, discorrendo sobre esse procedimento. Falou sobre as principais alterações da
599 Lei nº 12.435, discorrendo sobre a gestão e o percentual destinado à Assistência Social, aplicados
600 em atividades de apoio técnico e operacional aos Colegiados, diárias e deslocamento dos
601 Conselheiros, apoio à realização de reuniões descentralizadas e regionais pelo Conselho Estadual
602 junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social, às atividades e estruturação da Secretaria-
603 Executiva do Conselho, pagamento de pessoal e das equipes de referências, discorrendo sobre a
604 questão. O Sr. Antônio Henrique falou sobre o novo Decreto, que estava defasado, trazendo
605 avanços quanto à sua atualização, contemplado questões da política nacional de Assistência Social e
606 que não o eram anteriormente. Arrazoou sobre a melhoria da qualificação profissional dos
607 trabalhadores do SUAS, indicando o Capacita SUAS, que já estava em andamento, e com a
608 pactuação de regulamentação sendo que um programa era instituído. Citou os programas e projetos,
609 a construção e ampliação dos equipamentos públicos que acompanham a rede socioassistencial, e o
610 novo regramento de transferência de recursos para o cofinanciamento de serviços, programas e
611 projetos de Assistência Social, discorrendo sobre a transferência Fundo a Fundo e que estava
612 inserida no Decreto, ademais dos procedimentos relativos à prestação de contas. Concluindo, o Sr.
613 Antônio Henrique informou que deixaria o material apresentado à disposição dos interessados para
614 consultas. A seguir, a Conselheira Dóris abriu para perguntas, com o Sr. Allan Carvalho indagando
615 se seria possível envolver outras organizações do controle social, indagando se seria possível o
616 repasse de recursos para as mesmas. O Sr. Roberto Carvalho Pitzer, Conselheiro e Diretor
617 Financeiro da Assistência Social em Três Rios/RJ, observou que já havia encaminhado a previsão
618 orçamentária para a Câmara e se mudava tudo do orçamento ou executava como era antes da
619 alteração. A Sra. Maria de Fátima Meneses da Silva, conselho Municipal de Recife, indagou se era
620 prerrogativa do gestor normatizar os procedimentos de prestação de contas dos Conselhos, tanto
621 estadual ou municipal, sem passar pela aprovação do Conselho e se a CND que para os gestores
622 também cabia às instituições, esclarecendo essa situação. A Conselheira Dóris leu uma pergunta:
623 *“Antônio José: A Lei de Responsabilidade Fiscal normatiza o gasto com recursos humanos, o*
624 *município que já atingiu o seu teto de contratação de pessoal tem alguma saída legal para fazer a*
625 *contratação com os recursos do SUAS? Grata, Lucinéia Franca.”* Mais uma: *“Considerando que*
626 *os recursos do ProJovem tem legislação própria, e não poderão ser utilizadas para pagamento de*
627 *pessoal, como fica a sua utilização quando eles começarem a ser transferidos no bloco da atenção*
628 *básica, onde é permitida a utilização dos 60% para gasto com pessoal, Adriana.”* A Sra. Joana Rita
629 Abreu da Silva falou sobre a efetivação do repasse automático, que esperava que acontecesse,
630 relatando o atraso e as dificuldades existentes relativas a essa transferência, assim como a
631 insuficiência do repasse de 60%. Falou sobre as dificuldades em verificar a aprovação da prestação
632 de contas, sendo preciso que o MDS discutisse uma estratégia para que isso acontecesse durante a
633 respectiva gestão. Quanto ao repasse das entidades, indagou como ficaria essa regulamentação a
634 partir do novo Decreto, uma vez que nos municípios utilizavam a modalidade convênio. A Sra.
635 Gisele, dirigindo-se ao Sr. Allan, falou sobre a limitação de orçamento que não permitia a
636 participação nos eventos, que tinha muito com o movimento que aconteceria no município e com a
637 atuação do Conselho na destinação dos recursos para a gestão, discorrendo sobre as ações a serem
638 contempladas para atender essas questões. Para a Sra. Maria de Fátima, indagou ter havido debate

639 no MDS sobre a questão da CND, não existindo, condição, pela atual legislação, de não exigir da
640 rede de serviços não governamentais, mas que esse debate seria levantado, com essa modalidade
641 podendo ser alterada, com cada estado tendo uma regulação muito específica, de acordo às
642 definições dos Tribunais de Contas. O Sr. Antônio Henrique, concordou com o Sr. Roberto sobre as
643 dificuldades existentes na ponta, parabenizando pela correção do orçamento, com a NOB a ser
644 regularizada trazendo uma regulamentação interna, sugerindo que continuasse usando os mesmos
645 procedimentos. Indicou o *e-mail* do FNAS, onde as dúvidas apresentadas seriam respondidas. Para
646 a Sra. Fátima, observou que o município teria que ver a forma como apresentaria a prestação de
647 contas das entidades, consenso entre o gestor e o Conselho. Indicou que o CND era do Fundo
648 Federal para o Fundo Estadual, municipal e do DF, mas quando entrava outro órgão, fugia do que
649 havia sido apresentado, tendo que ver outra alternativa. Sobre prestação de contas, indicou à Sra.
650 Joana que o sistema antigo não permitia verificar a aprovação ou não, sugerindo enviar *e-mail*
651 solicitando essa informação. Com relação ao repasse de recursos, indicou o compromisso de ser
652 feito até o dia 10, no máximo, mas que muitas vezes os processos chegavam ao Fundo do dia 10 a
653 12, atrasando os pagamentos, falando sobre os procedimentos adotados em parceria com o Tesouro.
654 Esclareceu que o repasse às entidades era uma relação com o município, cuja forma seria através de
655 legislação municipal, não podendo ser Fundo a Fundo. Dirigindo-se à Sra. Lucinéia, concordou que
656 a Lei de Responsabilidade Fiscal limitava a questão da aplicação dos 60%, discorrendo sobre a
657 situação. Observou que os servidores concursados e constando da folha, seria apenas uma mudança
658 de fonte de recurso, não tendo opção para novas contratações. Respondeu à Sra. Adriana que o
659 ProJovem estava passando por uma mudança, com reordenamento dos serviços de convivência e
660 fortalecimento de vínculo, com sua transferência prosseguindo em conta separada e com a mesma
661 utilização. A Sra. Cléa Malta, Itambé/BA, falou sobre as dificuldades existentes, apesar da bela
662 exposição sobre os avanços realizados na área orçamentária e financeira, questionando que o MDS
663 tinha um débito com o gestor em relação à gestão. O Sr. Moacir Santos, prefeito de Itambé/BA,
664 indicando o atraso nos repasses, indagou ao Sr. Antônio Henrique, considerando as penalidades
665 impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, se o MDS criaria especialidade para protegê-los,
666 questionando como ficaria essa situação. A Conselheira Dóris procedeu à leitura de outra pergunta:
667 *“A tramitação de processos de compra é extremamente demorado na administração pública, o*
668 *recurso do IGDSUAS pode ser utilizado por meio de pronto pagamento, para, por exemplo, pagar*
669 *despesas de viagem de Conselheiro da sociedade civil? Maria Aparecida Maroti, Osasco – São*
670 *Paulo.”*. A Sra. Lucinéia Silva Sartori Coelho, Assistente Social da Unidade de Planejamento e
671 Gestão da Secretaria da Assistência Social e Promoção Social de Osasco/SP, questionou o que
672 havia sido falado que o Conselho teria que aprovar o orçamento, questionando como o Conselho
673 Municipal de Assistência Social faria essa aprovação se os recursos diretos da administração
674 municipal aportados no Fundo Municipal de Assistência Social, não passavam pela Secretaria de
675 Assistência Social. Observou que, como atualmente os recursos financeiros do CREAS chegavam
676 em uma única conta para diferentes serviços, se poderiam fazer essa compensação de um valor
677 destinado para um determinado serviço para cobrir despesa de outro. Indagou quando o MDS faria
678 o repasse regularizado dos recursos do IGD Bolsa Família e quando seria implantado o Centro POP,
679 haja vista que o município havia feito adesão para implantar essa unidade, mas que não havia sido
680 efetivado, como o atendimento da população em situação de rua sendo feito através de uma unidade
681 municipal e se poderia usar os recursos do Centro POP para cobrir essas despesas. Questionou se
682 era permitido legalmente que o órgão gestor fizesse repasse para uma rede de entidades que não
683 executavam serviços socioassistenciais, relatando algumas situações. A Conselheira Dóris leu uma
684 pergunta de Fabiana Almeida, Fundo Municipal de Assistência Social, Boa Vista/RO: *“O que*
685 *devemos fazer com os recursos do Centro POP que foram repassados em 2012 somente será*
686 *implantado em 2013? A entidades civis organizadas que não estão inscritas nos Conselhos*
687 *Municipais podem pleitear recursos públicos federais? Caso seja beneficiada, como será*
688 *fiscalizada pelo Conselho Municipal? Fernando Rocha CMAS Roraima. A minha primeira*

689 *pergunta é normativa, sobre o conveniamento com as entidades, Fátima de Recife, ela já fez. Os*
690 *municípios em sua maioria firmam convênios com a rede privada com o início da liberação de*
691 *recursos no mês de abril ou maio, só que é a necessidade dos usuários são para o início do ano.*
692 *Pergunta: o Fundo Nacional deixa de repassar os recursos Fundo a Fundo nos primeiros meses do*
693 *ano? José Carlos dos Santos, Santos – São Paulo. O Fundo do município já está inscrito no CNPJ,*
694 *porém, os processos de compra e as notas fiscais continuam saindo com o CNPJ da prefeitura, a*
695 *partir de quando deverá ser utilizado o do Fundo?” A Sra. Gisele agradeceu as manifestações,*
696 *sendo uma história de todos, que compartilhava, relatando as atividades que exercia na área da*
697 *Assistência Social. Respondeu à Sra. Maria Aparecida sobre a divisão do recurso, sendo preciso*
698 *fazer estudos na área da Assistência Social sobre a rede instalada, que trazia a demanda de*
699 *financiamento, devendo atender o que já estava instituído. Falou sobre as áreas de vulnerabilidade a*
700 *serem atendidas e o montante necessário, com a boa gestão tendo que garantir mais recursos para*
701 *essas ações, com a boa execução orçamentária sendo fundamental para dar força de argumentação,*
702 *mas com o Conselho devendo levar suas necessidades de recursos ao Ministério Público.*
703 *Prosseguindo, esclareceu que a entidade não acessava recurso federal direto, mas sim pela via do*
704 *Fundo Municipal de Assistência Social, com a regulamentação indicando que apenas as entidades*
705 *que faziam parte da rede acessam esse recurso, devendo estar inscritas no Conselho Municipal.*
706 *Concluindo, a Sra. Gisele agradeceu pela oportunidade ao CNAS, parabenizando a participação de*
707 *todos. O Sr. Antônio Henrique informou que Sr. Moacir como os repasses eram realizados, como o*
708 *de dezembro sendo pago em janeiro, esclarecendo sobre como os empenhos deveriam ser feitos e*
709 *justificados. Falou para a Sra. Lucinéia que alguns pisos do PFMC já estavam sendo recebidos em*
710 *uma conta única, sendo orientado que os recursos das contas antigas migravam automaticamente*
711 *para a conta onde os recursos estavam sendo depositados, sendo que no caso do bloco deveriam*
712 *esperar a aprovação para abrir novas contas para fazer a transferência dos recursos, esclarecendo*
713 *como era feita nos outros pisos. Ponderou que se a entidade não estivesse prestando serviços não*
714 *teria como transferir recursos, com o recurso do Centro POP tendo que ver a finalidade da outra*
715 *despesa, que se fosse a mesma, o recurso poderia ser utilizado, sugerindo conversar após o evento*
716 *para novos esclarecimentos. Falou sobre a legislação do município, que permitiria ou não o pronto*
717 *pagamento das despesas realizadas. Respondeu ao Sr. Fabiano sobre os recursos do Centro POP*
718 *repassados em 2012 e que seriam implantados em 2013, sugerindo que no caso de atraso contatasse*
719 *o Departamento de Proteção Especial, justificando a não implantação. Ponderou que mesmo após a*
720 *inscrição no CNPJ, continuava emitindo as notas em nome da prefeitura, mas sendo que nas novas*
721 *licitações a notas deveriam ser emitidas em favor do Fundo Nacional. Concluindo, o Sr. Antônio*
722 *Henrique agradeceu a oportunidade, colocando o Fundo à disposição de todos, indicando o e-mail*
723 *institucional que ele está um pouco há um bom tempo, não tinha um grupo específico que cuidava*
724 *para contatos e onde seriam respondidas as dúvidas e orientações solicitadas. A Conselheira Dóris*
725 *chamou à mesa a Presidenta do CNAS, Sra. Luziele, a Vice-Presidenta, Sra. Leila Pizzato, e a*
726 *Presidente do Conselho Estadual de Assistência do Espírito Santo, Sra. Sandra Shirley. Desfazendo*
727 *a mesa anterior, agradeceu aos palestrantes, Sra. Gisele e Sr. Antônio Henrique pela brilhante*
728 *participação. A Presidenta do CNAS chamou à mesa a Sra. Sandra Shirley, Presidente do Conselho*
729 *Estadual de Assistência Social do Espírito Santo; e também a Secretária Nacional de Assistência*
730 *Social, Sra. Denise Colin, para finalizar esse evento. Relatou que alguns participantes haviam*
731 *solicitado ler cartas ou informes sobre eventos, chamando a Sra. Luziana, Fórum Nacional dos*
732 *Trabalhadores do SUAS, divulgando a realização do Primeiro Seminário Nacional de Trabalhadores*
733 *do SUAS com o tema “Identidade e representação nos espaços públicos”, de 14 a 15 de dezembro*
734 *de 2012 em Brasília, com o site para inscrições: www.fntsuas.blogspot.com.br, ademais de*
735 *divulgação nos sites dos Conselhos Federais de Psicologia, Assistência Social e de Terapêutica*
736 *Ocupacional. O Sr. Marcos Muniz, Fórum de Assistência Social de São Paulo, procedendo à leitura*
737 *de um documento: “O Fórum da Assistência Social da cidade vem através desta por deliberação de*
738 *sua última Plenária de 08/10/2012 manifestar publicamente suas opiniões acerca da atual política*

739 da assistência em curso no município, pela multiciplidade de problemas em situações que
740 subvertem o marco legal vigente optamos por expor que segue exposto em tópicos sintéticos o que
741 tornar esse documento apropriado aos seus objetivos, tomar, e também não tomar o tempo maior
742 que venha complicar aqui os trabalhos. Tem a questão que diz respeito ao SUAS e o controle social
743 na cidade. As deliberações do Conselho nem sempre são publicadas em total fidelidade como
744 decidido em Plenária, como exemplo a tipificação municipal dos serviços socioassistenciais. A
745 eleição do Conselho Municipal tem aqui uma apresentação de como ela foi realizada, causou uma
746 preocupação para o Fórum, houve favorecimento desmedido e desproporcional à leitura da
747 assembleia do sabemos dos trabalhadores, através de transporte fretado. Essa atividade favoreceu
748 determinada parcela dos leitores, tornando-se determinadamente na sua atual composição do
749 COMAS uma vez que o quorum da referida assembleia foi distorcida, implicando em vício de
750 legitimidade, com a decorrente presença ostensiva de estagiários oriundos de organizações que
751 atuam com jovens aprendizes de estágios, com inegáveis prejuízos aos trabalhadores do SUAS.
752 Cumpre esclarecer que tudo isso foi referendado pela Comissão Eleitoral do COMAS no mandato
753 anterior, apesar de protestos e denúncias feitos antes e depois o pleito. Ainda informamos que no
754 dia da plenária da eleição da nova gestão do CONGEMAS mais uma vez contamos com a ausência
755 do Ministério Público, e tudo ocorreu sem sua fiscalização. É uma questão aqui do
756 descumprimentos que está prevista para na NOB SUAS, LOAS e (ininteligível), a Secretaria
757 municipal da Assistência vem negligenciando o atendimento aos usuários, sobretudo, nas situações
758 de calamidade. Esses fatos foram discutidos em audiência pública convocado pelo FAS, na Câmara
759 municipal de forma específica que por meio dos relatos apontam que a guarda civil metropolitana
760 tem feito a abordagem para a população em situação de rua, apesar das cidades disporem de
761 serviços especializados tipificados na Portaria 46, causando uma situação vexatória e
762 constrangedora para usuários da assistência. Em relação ao atendimento à população em situação
763 de rua, serviços de acolhida, tais como Centro de Acolhida à Capela do Socorro, Condomínio A e
764 B, Núcleo Santos Dias da Silva, foram fechados sem que o COMAS se posicionasse de forma
765 oficial, agindo nesse caso como um mero espectador. Dentro de suas atribuições, a assistência
766 social não cumpre seu papel de articulador nas situações de incêndio nas comunidades onde existe
767 o maior índice de especulação imobiliária, com ações que se resumem ao fornecimento de cestas
768 básicas, colchões e bolsa aluguel com prazo de um ano. Na audiência pública convocada pelo FAS
769 a recomendação de custo mais os usuários para que procurarem casas de parentes e de amigos foi
770 bastante citado como espelho dessa situação. O CREAS na cidade de São Paulo é compartilhado
771 com organizações sociais, porque não está em consonância com as normativas da assistência,
772 matéria que sequer foi pautada nas deliberações do COMAS. Ações de caráter higienista na
773 implementação da Política de Assistência Social, que teve o seu maior exemplo na região que ficou
774 conhecida como cracolândia. Questão da intersetorialidade não efetivada nas ações em assistência
775 social do poder Executivo, comissão do comando de controle. Criação de órgão específico e
776 intermediário não previsto na política da assistência, tal como CAS não tem o papel específico,
777 filtra as ações a serem efetivadas, gerando autonomia e recursos humanos do CRAS e do CREAS
778 no exercício de suas atribuições. Essa constatação é frequentemente trazida ao FAS São Paulo, não
779 está sendo respeitada também a delimitação do número de famílias por CRAS, onde determinado
780 centros de referência atendem em todo o distrito. CRAS em sua maioria acabam por executar
781 serviços com características predominantes de um plantão social. Na segunda audiência pública
782 para monitoramento e avaliação das ações de implementação das deliberações das conferências foi
783 deliberado pela construção conjunta com o Ministério Público um termo de ajuste de conduta
784 frente ao cumprimento reiterada e justificativa das depredações. O Ministério Público presente na
785 audiência se dispôs a colaborar nessa construção. Diante do não cumprimento pela Secretaria da
786 deliberação da proposta orçamentária de 2013, aprovada pelo COMAS, com um posicionamento
787 dos titulares do Conselho, pela não representação no Ministério Público, cabe ressaltar que esse
788 fórum, através de suas representações no Conselho se posicionarem contrário a esse

789 *encaminhamento, enfrentaram uma ação com o apoio desse fórum. A forma atual de organização*
790 *do COMAS tem prejudicado seu papel fiscalizador com a criação de mecanismos burocráticos e de*
791 *procedimentos de ações fiscalizatórias, metodologia inadequada de visitas à Rede*
792 *Socioassistencial, a ordem cronológica também da tramitação de processos de inscrição no*
793 *COMAS não está sendo cumprida. Com o exposto, solicitamos do encaminhamento frente ao*
794 *Conselho Nacional de assistência, na qualidade de órgão deliberativo controlador das ações em*
795 *todo território nacional que exerça um papel mediador, na busca de urgente solução para o*
796 *enfrentamento e superação das questões aqui elencadas. Buscamos ainda compartilhar as nossas*
797 *dificuldades, de maneira a contribuir com a busca de ações preventivas que possam evitar o*
798 *surgimento de eventuais situações em que similares, bem como seus tão negativos desdobramentos*
799 *em outros dos conselhos da assistência social em outro país. As situações aqui elencadas buscam o*
800 *fortalecimento do controle e da política da Assistência Social na cidade.” A Sra. Regina Maria*
801 *Sartório, Movimento Nacional pela Sócio Aprendizagem do SUAS: “O meu nome é Regina, eu*
802 *participo de uma entidade chamada FEBRAEDA - Federação Brasileira de Associações*
803 *Socioeducacionais de Adolescentes, mas nesse momento estou representando também um*
804 *movimento, que são cinco federações e uma entidade nacional, que é movimento nacional pela*
805 *socioaprendizagem no sistema único da assistência social. Então nós apresentamos uma carta*
806 *aberta à sociedade brasileira em defesa do direito de família em situação de vulnerabilidade e*
807 *risco social, por meio da promoção, da integração ao mercado de trabalho de seus adolescentes,*
808 *jovens e pessoas com deficiência, a partir de programas de socioaprendizagem. Por que estamos*
809 *aqui? Teremos de início dizer ao povo brasileiro quem somos e por que nos reunimos. Somos um*
810 *conjunto de organizações e entidades de assistência social, somos sindicatos, federações e*
811 *confederações de trabalhadores, usuários de políticas sociais, beneficiários de programas de*
812 *transferência de renda e benefícios socioassistenciais, somos estudiosos, legisladores, gestores*
813 *públicos e operadores da lei, militantes da política pública e assistência social. Enfim, somos*
814 *comprometidos com o Sistema Único da Assistência Social com a sua construção histórica a partir*
815 *da participação popular e pelo seu reconhecimento legal pelo legislativo e executivo brasileiro.*
816 *Nossa luta nasceu provocada por uma ameaça concreta, ou seja, a intenção clara de alguns setores*
817 *ligados à política pública de assistência social, com base em um forte viés ideológico, em*
818 *descaracterizar os programas de socioaprendizagem, enquanto uma oferta real dentro do Sistema*
819 *Único da Assistência Social. Temos a clareza de que essa, como tantas outras políticas públicas no*
820 *Brasil, está em construção. Contudo, não podemos nos manter calados diante da possibilidade de*
821 *descontinuidade da oferta de programas que qualificam serviços e benefícios ofertados pelo SUAS*
822 *e que por décadas tem propiciado condições para a mudança de vida de milhões de brasileiros e de*
823 *suas famílias. Convidamos a todos que nesse momento leiam esse documento a fazer parte dessa*
824 *caminhada. A seguir apresentamos alguns motivos, que dizem por si o porquê dessa mobilização. I)*
825 *Proteção social por meio da promoção da integração ao mercado de trabalho é o objetivo*
826 *reconhecido constitucionalmente no âmbito da política pública da assistência social. É fato que a*
827 *promoção da integração ao mercado de trabalho sempre figurou como um dos objetivos da*
828 *assistência, e atualmente caracteriza-se como um dos meios reconhecidos por lei para que*
829 *possamos alcançar um dos grandes objetivos da política, qual seja a proteção social. II) A*
830 *promoção da integração ao mercado de trabalho, assim como a totalidade do que se oferta e*
831 *garante no âmbito do SUAS, deve ter caráter não contributivo e universal, estamos falando de uma*
832 *política pública que tem por princípio a universalidade, contudo, o caráter protetivo deve ser*
833 *considerado e como já estabelecido no artigo primeiro da LOAS, essa política assegurada a quem*
834 *dela ser necessitar, isso significa que temos um público específico, não exclusivamente pobre, mas*
835 *indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, que exigem*
836 *programas pensados na perspectiva de proteger a convivência e o fortalecimento de vínculos,*
837 *familiares e comunitários, ou seja, na proteção social básica. Temos clareza que os programas que*
838 *ofertamos não são os únicos demandados pelos usuários da assistência social, porém temos igual*

839 *convicção que é dentro do SUAS que a socioaprendizagem poderá ser ofertada na perspectiva*
840 *protetiva, com vistas a assegurar autonomia e o protagonismo. III) Os programas de*
841 *socioaprendizagem são concebidos não apenas na perspectiva da proteção social, pois também*
842 *trazem consigo um compromisso com a defesa e a garantia de direitos, e devemos lembrar que a*
843 *defesa e garantia de direitos é também um dos objetivos da política pública da assistência social.*
844 *IV) Os programas de socioaprendizagem só podem ser considerados como tal desde que estejam*
845 *alinhados com a legislação e os instrumentos normativos que compõem a política pública da*
846 *assistência social. Neste momento, reafirmamos nosso compromisso com essa política que*
847 *ajudamos a construir, resgatamos, inclusive o artigo segundo da resolução CNAS número 33/2011,*
848 *que trata da promoção da integração ao mundo do trabalho. Artigo 2º - Definir que a promoção da*
849 *integração ao mundo do trabalho se dá por meio de um conjunto integrado de ações das diversas*
850 *políticas, cabendo à assistência social ofertar ações de proteção social, que viabilizem a promoção*
851 *do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a*
852 *mobilização social para a construção de estratégias coletivas. É exatamente isso que fazemos, e*
853 *publicamente nos manifestamos em contrário a qualquer ação diferente dessa, que venha tentar se*
854 *apresentar com a bandeira da soja aprendizagem. V) Atuamos no SUAS por meio da*
855 *intersectorialidade e da articulação da rede estatal e não estatal, com vistas a qualificar a oferta de*
856 *serviços e benefícios. Para encurtar, eu só vou aqui quem subscreve a carta. Nós temos aqui um*
857 *pedaço de fala das tecnologias assistidas, que o nosso programa também se destina a beneficiários*
858 *do BPC, e inspirados pelo espírito de solidariedade e de cidadania, conclamam toda a sociedade*
859 *brasileira a integrar esse movimento, a fim de garantir esse direito. Subscreve FEBRAEDA.*
860 *Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes; FENATBREF -*
861 *Federação Nacional dos Empregados e Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas;*
862 *FENAVAP - Federação Nacional das AVAPs; a Organização Nacional dos Cegos do Brasil; a*
863 *RENAPS - Rede Nacional de Aprendizagem e Promoção Social e Integração; e a Rede Nacional de*
864 *Instituições Filantrópicas. O apoio: Frente Parlamentar de Apoio às Entidades e Promoção da*
865 *Integração do Mercado de Trabalho”.* Informou que esse documento estava sendo entregue
866 oficialmente e também à mesa. A Sra. Márcia Rocha, Fórum Nacional de Assistência Social, falou
867 sobre esse Fórum, sua articulação e objetivos, intentando contribuir no fortalecimento do CNAS
868 como instância autônoma e democrática de deliberação, mas sendo uma organização distinta do
869 Conselho nacional. Informou a realização de debates, diálogos e convergências, com encontros em
870 São Paulo, em agosto; no Rio de Janeiro, em outubro e programando-se para estar no dia 28 de
871 novembro em Goiânia, convidando a todos para participarem da próxima reunião. A seguir, a
872 Presidenta do CNAS passou a palavra para a Sra. Denise Colin, que agradeceu por essa
873 oportunidade de mobilização de todos os segmentos, ampliando o processo de discussão e a
874 construção do SUAS, discorrendo sobre os assuntos tratados, os quais voltariam ao Conselho com a
875 responsabilidade de deliberar uma política pública. Ponderou que esse exemplo de funcionamento
876 pelo CNAS, essa dinâmica de realizar e de operar o controle social, deveria ser reproduzido nas
877 demais instâncias, sendo somente através dessa estrutura de participação e de controle que se fazia
878 políticas públicas. Em nome da Secretaria Nacional, do seu corpo técnico, que esteve em todas as
879 oficinas e que levaria esses indicativos para servir como orientação à elaboração das propostas, as
880 quais seriam submetidas à análise, apreciação e deliberação do CNAS e a pactuação na CIT e com
881 os gestores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Agradeceu pela
882 oportunidade, indicando que levaria as cartas e sugestões que seriam apreciadas, debatidas e
883 encaminhadas e parabenizando os participantes nesse evento, buscando fazer uma política pública e
884 um SUAS que representasse os cidadãos brasileiros, particularmente aqueles em situação de
885 vulnerabilidade e risco. A Presidenta do CNAS destacou a participação do Conselho Estadual de
886 Assistência Social do Espírito Santo, na pessoa aqui da sua Presidente e da Secretaria de Assistência
887 Social e Direitos Humanos, que encerraria o evento. Prosseguindo, agradeceu a participação de
888 todos, com esse evento fortalecendo todos os Conselhos, Estaduais e Municipais e uma nova forma

889 de relação democrática. Agradeceu a todas as equipes participantes e que haviam contribuído para o
890 sucesso desse evento. A Conselheira Leila procedeu aos agradecimentos, especialmente ao estado
891 do Espírito Santo, pela acolhida, colocando que para o CNAS, as reuniões descentralizadas eram
892 mais do que um espaço de convivência, mas também de aprendizagem, de troca e de fortalecimento
893 da Assistência Social e do controle social. **ENCERRAMENTO.** A Secretária Sandra Shirley falou
894 sobre a satisfação em ter recepcionado esse evento, relatando os procedimentos tomados e
895 parabenizando o CNAS pelo trabalho realizado e encerrando a Reunião Ampliada e
896 Descentralizada. **ABERTURA.** Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, a Presidenta
897 do CNAS deu início à Ducentésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
898 Social, indicando como esse evento era realizado em Brasília, contando com a presença de
899 convidados e participantes. A seguir, convidou a Presidenta do Conselho Estadual de Assistência
900 Social do Espírito Santo, Sra. Sandra Shirley de Almeida para fazer parte da mesa dos Conselheiros,
901 passando à conferência de quorum pela Secretária-Executiva: A Secretária-Executiva, inicialmente
902 justificou a ausência dos seguintes Conselheiros: José Geraldo França Diniz; Fátima Aparecida
903 Rampin, Eloiana Cambraia Soares, Viviane Vieira da Silva, Maria Aparecida Godoi, Volmir
904 Raimondi, Fábio Bruni, e Aldenora Gonzáles e Solange Teixeira, nessa Reunião Descentralizada e
905 Ampliada e na 206ª RO do CNAS. Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Luziele
906 Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida de Albuquerque; Conselheira Clara
907 Carolina de Sá; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro José Ferreira da Cruz;
908 Conselheira Meive Ausônia Piacesi; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Margarida
909 Munguba Cardoso; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato;
910 Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira
911 Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Dóris Margareth de
912 Jesus; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros
913 Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Conselheiro Marcílio Marquesini
914 Ferrari; Conselheiro Charles Roberto Pranche; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira
915 Cláudia Faquinote, Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho
916 Nunes; e, Conselheira Maria Cristina Costa Arrochela. A Presidenta indicou a presença da nova
917 Conselheira Cristina Nuogo, do Ministério da Saúde e da Conselheira oficializada no Diário Oficial
918 de 05 de novembro, Clara Carolina de Sá, Coordenadora Geral de Regulação do SUAS, da CNAS;
919 a nova Conselheira eleita pela Sociedade Civil, Simone Dragoni, dando-lhes as boas vindas. **Item**
920 **Aprovação da Pauta e da Ata da 205ª RO, realizada em outubro.** Indagou se havia alguma
921 observação. Em não havendo nenhuma inscrição considerou aprovada a Ata da 205ª Reunião
922 Ordinária do CNAS. A seguir, sugeriu inversão de pauta, iniciando pelo Relato das Comissões do
923 CNAS sobre a avaliação preliminar da NOB, debatida na reunião anterior. A seguir, conforme
924 sugestão do Conselheiro Anderson, solicitou que os Conselheiros Nacionais se apresentassem,
925 indicando nome e entidade, assim como a Secretária-Executiva e a Vice-Presidenta do CNAS. O
926 representante do Fórum Nacional de Secretários de Estados, Secretário do Pará, se apresentou,
927 indicando ter deixado uma lembrança na pasta dos participantes. Após sua apresentação, a
928 Presidenta do CNAS indagou se havia alguma colocação quanto a essa inversão de pauta. Em não
929 havendo, considerou aprovada pelo Pleno. Informou que após a entrega da NOB pela CIT no dia 15
930 de outubro ao CNAS, sendo definido que os capítulos da NOB seriam divididos entre as Comissões
931 para análise e, posteriormente, trazer ao Conselho. Indicou que faziam parte dessa metodologia o
932 acompanhamento de técnicos e servidores do DGSUAS, com os relatos das Comissões sendo feitos
933 a seguir, iniciando com o Relato da Comissão de Política. O Conselheiro José da Cruz informou
934 que: *“na Comissão de política o debate ele foi bastante profíquo, bastante importante, foi o*
935 *primeiro contato da Comissão com os Comissão com os capítulos que nos coube conduzir no*
936 *debate a discussao. Espero dar conta aqui de traduzir a riqueza do debate que tivemos na nossa*
937 *última Reunião da Comissão de Política e também peço ajuda aí aos colegas Conselheiros da*
938 *Comissão caso queiram contribuir com esse debate. Ficou Sra. Presidente sobre a*

939 *responsabilidade da Comissão de política o debate e análise, o aprofundamento de quatro capítulos*
940 *da Norma Operacional Básica do SUAS, o capítulo I que trata do Sistema Único de Assistência*
941 *Social, o capítulo III q trata dos Plano de Assistência Social, o capítulo IV que trata do Pacto de*
942 *Aprimoramento do SUAS, o capítulo VII que trata da vigilância sócio-assistencial e o capítulo VIII*
943 *que trata da gestão do trabalho. O capítulo I, como está na tela p vocês, ele traduz o novo modelo*
944 *da protação social previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, na política de Assistência social*
945 *com seus objetivos, princípios organizativos, as diretrizes estruturantes da gestao do Sistema Único*
946 *da Assistência Social. Este capítulo, foi um capítulo bastante discutido, debatido na nossa*
947 *Comissão, tendo em vista que o capítulo que organiza, que traduz a nossa grande conquista na Lei*
948 *Orgânica da Assistência social, com o artigo, seu artigo 6º que reconhece aí o Sistema*
949 *descentralizado e participativo, como Sistema Único da Assistência Social. O que nós pautamos, o*
950 *que houve, um dos artigos da NOB que houve mais debate foi o artigo 2º, dos objetivos dos do*
951 *Sistema Único da Assistência Social, esse artigo no seu inciso 6º está: "Reconhecer as*
952 *especificidades e desigualdades regionais, municipais no planejamento e execução das ações da*
953 *Assistência Social." Esse foi um debate bastante importante que fizemos na Comissão, tendo em*
954 *vista que todo o conteúdo dessa normativa hoje potencializa o planejamento os planos na área da*
955 *Assistência Social, então fazendo esse debate, esse foi um dos objetivos destacado, bastante*
956 *debatido, tendo em vista, que esses instrumentos, tanto o Plano, o Pacto possam de fato atender de*
957 *fato as particularidades, as especificidades nos territórios, nas cidades, enfim, e nos estados. Então*
958 *a proposta de nova redação, na verdade, foi uma proposta de incluir mais um conceito que*
959 *julgamos importantes que é o conceito de inequidade neste inciso, então a proposta que trouxemos*
960 *foi que este inciso 6º passa a vigorar com a seguinte redação: "Reconhecer as especificidades,*
961 *desigualdades e iniquidades regionais no âmbito dos municípios no planejamento e execução das*
962 *ações." Isso por quê? Então a gente traz aqui, com que fundamentação? Trouxemos aqui os*
963 *conceitos, porque eu acho q é importante ter claro esses conceitos que estão sendo tratados,*
964 *conceito de desigualdade conforme está colocado, iniquidade e as especificidades, então o conceito*
965 *de desigualdade com a fonte aí de saúde pública, nós tiramos num documento da OPAS, é a*
966 *diferenciação com a dimensionalidade na esfera coletiva ou populacional, enquanto evidência*
967 *empírica da iniquidade, poder ser expressa através de indicadores correspondente ao termo inglês*
968 *inequality, o conceito de iniquidade, colocar referência: "Implica as diferenças ou variações*
969 *sistemáticas, desnecessárias e evitáveis, no seio de populações ou agregados humanos.*
970 *Metodologicamente será necessário, desenvolvimento de indicadores, segundo e terceiro níveis*
971 *para a apreensão do seu caráter relativo ou comparativo frente às heterogeneidades intragrupais.*
972 *O conceito de iniquidade então refere-se as inequidades, não só evitáveis, mas também iníquas,*
973 *desleais, vergonhosas e injustas, resultantes de injustiça social perante adversidades,*
974 *desigualdades ou diferenças". Por isso que nós avaliamos a importância de inclusão, Margarida*
975 *Monguba que trouxe e pautou na Comissão, depois ela pode inclusive, tentar traduzir melhor se eu*
976 *não conseguir fazer, viu Margarida, mas é esta foi a justificativa que nós chegamos a conclusão*
977 *que era importante ter, de incluir neste inciso, o conceito de iniquidade. O outro artigo Sra.*
978 *Presidente foi um fruto de debate, de discussão também colocado muito pelo nosso colega,*
979 *companheiro, Conselheiro Anderson, aqui representante do Movimento da População em Situação*
980 *de Rua, bom, trata-se do artigo 4º, inciso 5º: "Respeitar as diversidades culturais, econômicas,*
981 *políticas e territoriais." Aqui não houve uma alteração na redação, mas trouxemos pela*
982 *preocupação do Conselheiro Anderson, tendo em vista aí o atendimento à população em situação*
983 *de rua, isso se deu por que quando nós tratamos das questões territoriais, enfim, da organização*
984 *dos serviços, tendo o território como base de organização de serviços, o Conselheiro Anderson*
985 *trouxe uma preocupação da referência desses equipamentos para o atendimento da população em*
986 *situação de rua, das dificuldades que hoje enfrenta o movimento da população de rua para o*
987 *acesso ao serviço na área da assistência social, tendo em vista, a não, aí você me ajuda viu*
988 *Anderson, se eu não conseguir traduzir, mas a não identificação, o local, a referência que essa*

989 população não tem, então essa questão do território ainda é um debate a ser feito, aprofundado
990 para o atendimento a população em situação de rua. Bom, no capítulo III, do Plano de Assistência
991 Social, a gente reafirma aqui que ele está previsto no artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência
992 Social: " Como instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a
993 execução da Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único da
994 Assistência Social, deve ser laborada a cada quatro anos, a partir da realização de diagnóstico
995 sócio territorial, caberá a União, aos estados, ao DF e municípios elaborarem esses planos de
996 acordo com os períodos de elaboração dos seus PPA." Qual foi a contribuição, nós tivemos um
997 debate grande também, no artigo 18, o artigo 18 além do que estabelece o parágrafo 2º do artigo
998 13 da Norma, desta Norma, eles devem observar, então o debate colocado, feito na Comissão é de
999 incluir mais um inciso, as ações, os Plano de Assistência Social, eles devem prever também as
1000 ações articuladas e intersetoriais, houve todo um grande debate da intersetorialidade, da
1001 importância da intersetorialidade na área da Assistência Social, da Assistência Social poder
1002 potencializar a intersetorialidade, tendo em vista as várias necessidades das família e dos
1003 indivíduos que são atendidos nos nossos serviços, enfim. Portanto, o debate foi bastante profícuo e
1004 chegamos a conclusão que era importante então incluirmos mais um artigo, mais um inciso,
1005 desculpa, no artigo 18 para que os Planos de Assistência Social possam observar as ações
1006 articuladas e intersetoriais, isso no seu planejamento, a intersetorialidade é um princípio já
1007 garantido na Política de Assistência Social, mas precisa estar explicitada como estratégia de
1008 gestão para o atendimento das demandas desses usuários, famílias de usuários atendidos no nosso
1009 sistema. No capítulo IV do Pacto de Aprimoramento, aqui vale destacar que essa NOB, ela traz
1010 instrumentos de indução do aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social. E aí os vários
1011 aplicativos, senso, aplicativos da rede SUAS, Sistema do Ministério, definições de indicadores e
1012 monitoramento de gestão dos serviços, dos projetos, dos benefícios, indicadores de processo,
1013 resultado e impacto. E também a pactuação de prioridades e metas que está colocado imbuído no
1014 texto desta Norma. Quanto ao planejamento, estado, municípios e o DF expressarão em aplicativo
1015 informatizado o planejamento para o alcance das prioridades e metas do Sistema Único de
1016 Assistência Social. Esse capítulo, ele foi bastante discutido no âmbito da Comissão, mas não houve
1017 nenhuma alteração ou sugestão de inclusão ou de exclusão de artigo ou incisos, enfim. O capítulo
1018 da Vigilância sócio assistencial que é o próximo, a gente reafirma que a NOB, ela inova, avança,
1019 ratifica a Vigilância Socioassistencial, responsável pela produção, sistematização, análise e
1020 disseminação da informação sobre as vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias e
1021 indivíduos, relativo a tipo, volume e padrões de qualidade do serviço ofertado pela rede
1022 Socioassistencial. A NOB prevê essas característica, área de atuação para a vigilância, como área
1023 de atuação, tipo de informação a ser produzida, a materialização desta área da Vigilância
1024 Socioassistencial e a responsabilidade dos entes federados para como a vigilância. Eu na minha
1025 avaliação, foi o capítulo mais discutido, mais debatido, porque ele inova, é uma área nova,
1026 desafiadora, e é uma área que ainda requer muito de nós, estudo, compreensão da Vigilância
1027 Socioassistencial, e aí, nós nos sentimos na Comissão, Sra. Presidente, a necessidade de
1028 aprofundar mais o debate sobre a Vigilância Socioassistencial, então a Comissão esta convidando
1029 para o mês de dezembro o Coordenador Geral da Vigilância Socioassistencial, Luís Otávio Pires
1030 de Farias para aprofundar o debate sobre a Vigilância, detalhar mais os artigos que estão
1031 colocado nesta NOB, porque achamos que não deveríamos alterar os artigos, nem propor tempo,
1032 mas enfim, de compreender os artigos que tratam da Vigilância, o artigo 87, o artigo 101, o artigo
1033 102 e o artigo 103, são artigos que tratam da Vigilância, então nós estamos convidando o Sr. Luís
1034 Otávio Pires de Farias, para estarmos conosco na Comissão de Política, no mês de dezembro, para
1035 que a gente possa aprofundar o debate sobre a Vigilância socioassistencial e os artigos que estão
1036 aqui colocados, artigos e incisos. Porque tínhamos alguma proposta de alteração, mas achamos
1037 que era melhor aprofundar o debate ao fazer qualquer tipo de alteração em termos de prazo, enfim,
1038 para os artigos que tratam da Vigilância. O capítulo da gestão do trabalho, como os senhores

1039 *Conselheiros, colegas, senhoras, sabem a gestão do trabalho, nós temos uma Norma Operacional*
1040 *Básica, específica da gestão do trabalho, que a Norma Operacional Básica e recursos humanos,*
1041 *aprovada por este Conselheiro no ano de 2006, mas a NOB 2012, ela não deixa de tratar da gestão*
1042 *do trabalho, ela traz acho que dois ou três artigos importantes. O debate foi bastante profícuo*
1043 *também na Comissão sobre gestão do trabalho, especialmente o artigo 104 que a Comissão ao*
1044 *debater, ao fazer a discussão Sra. Presidente reordenar ao artigo, o artigo ele estava como*
1045 *aprimoramento, é um aprimoramento, na verdade, é um aprimoramento da redação, não é nova*
1046 *proposta, o artigo ele estava como, ele estava, vou até pegá-lo para lê-lo, porque ele não está na*
1047 *apresentação, para ler ele como estava... Obrigado Conselheiro. O artigo 194, Sra. Presidente,*
1048 *está da seguinte forma: "A gestão do trabalho no SUAS, compreende o planejamento, a*
1049 *organização e a execução das ações relativas a valorização trabalhador e a estruturação do*
1050 *processo de trabalho institucional." Então vejam, o artigo estava já tratando das duas questões*
1051 *num único artigo, da valorização dos trabalhadores, aspectos que visam a valorização do*
1052 *trabalhador e aspectos que visam tratar da estruturação do processo de trabalho, então são duas*
1053 *coisas, o que a Comissão fez, foi distinguir os aspectos que estão aqui colocados em formas de*
1054 *incisos, que são relativos a valorização do trabalhador e um parágrafo que ficou tatando da*
1055 *estruturação do processo de trabalho e os artigos que aqui tratam desta questão, então ficou desta*
1056 *forma, Sra. Presidente, artigo 104: "A gestão do trabalho no SUAS, compreende o planejamento, a*
1057 *organização e a execução das ações relativas a valorização do trabalhador e a estruturação do*
1058 *processo de trabalho institucional. Ponderações relativas a valorização do trabalhador,*
1059 *compreende-se: Concurso público, avaliação de desempenho, plano de capacitação e educação*
1060 *permanente, adequação aos perfis profissionais às necessidades do SUAS, mesa de negociação,*
1061 *plano de cargo, carreira e salários e desprecarização dos vínculos e condições de trabalho."*
1062 *Parágrafo segundo: "Ponderações relativas a estruturação do processo de trabalho institucional*
1063 *compreende-se: Desenhos organizacionais, processos de negociação do trabalho, sistema de*
1064 *informação, dentre outros." Então, na gestão do trabalho, foi o artigo trabalhado, discutido e*
1065 *reordenado na perspectiva de separar as duas questões colocadas nesse artigo. Este é o relato Sra.*
1066 *Presidente, não contemplado aí, não contemplando todos os colegas que integram essa Comissão,*
1067 *fique a vontade. Então Sra. Presidente, esse é o relato, eu agradeço pela oportunidade.*
1068 *Obrigado". A Presidenta do CNAS passou para a. Conselheira Nilsia, que destacou o número dois,*
1069 *exaustivamente discutido na Comissão, ponderando que essa norma deveria atingir todos os*
1070 *municípios, mas atendendo suas especificidades. Ressaltou a necessidade que os gestores*
1071 *municipais atendessem a situação dos moradores de rua, não tendo como exigir documentação*
1072 *desse segmento. Indicou o artigo 101, também bastante discutido, sobre a avaliação da*
1073 *periodicidade, tendo que se atender a questão da data de avaliação. A Conselheira Leila parabenizou*
1074 *a Comissão pelo estudo, reconhecer a importância da questão sobre as desigualdades regionais,*
1075 *importante debate para o CNAS. Que havia que se debruçar sobre essas diferenças, ressaltando os*
1076 *municípios de porte um e dois, onde as diferenças eram mais gritantes e as condições de execução*
1077 *da política também não eram as mesmas dos outros municípios. Indagou se o texto poderia*
1078 *aprofundar mais o assunto, fazendo algum indicativo de como considerar essas desigualdades.*
1079 *Ressaltou o artigo 4º, inciso 5, sobre respeitar as diversidades culturais, que também teria que ser*
1080 *complementado, respeitando a diversidade cultural, étnica, religiosa e socioeconômica conforme*
1081 *debatido no CNAS. Referiu-se ao artigo 18, sobre a intersetorialidade, com a NOB devendo*
1082 *complementando essa questão, atendendo o espaço de relação com a Sociedade Civil, com essa*
1083 *NOB afirmando e reconhecendo o conjunto dos operadores da política pública de Assistência*
1084 *Social. O Conselheiro Anderson falou sobre o colocado anteriormente que o serviço não esperava o*
1085 *usuário, mas sim indo ao seu encontro, falando sobre a necessidade de atendimento e a existência de*
1086 *um CRAS itinerante, atendendo a várias populações que não contavam com esse serviço. Observou,*
1087 *conforme colocado pela Conselheira Leila, que deveriam atender a questão cultural e não da*
1088 *religiosidade, haja vista que o estado tinha que ser laico. A Conselheira Simone ressaltou a*

1089 importância de discutir a NOB, tanto na CIT como no CNAS, discorrendo sobre as diferenças
1090 existentes no país e que demandavam serviços específicos para cada região. Falou sobre as
1091 necessidades dos usuários, com a NOB indicando uma importante direção para o planejamento na
1092 área da Assistência Social em direção a esse segmento e das suas necessidades e dos territórios. Que
1093 a NOB trazia sobre o planejamento de cada município, tendo que se criar uma unidade nacional de
1094 metas, mas também atender o local específico. A. Conselheira Leila registrou que o estado era laico,
1095 discorrendo sobre seu entendimento quanto ao atendimento da religiosidade, que estava inserida em
1096 cada segmento da sociedade. O Conselheiro Anderson falou sobre a questão, ponderando que esse
1097 tema não deveria constar na NOB para não se tornar um requisito obrigatório. O Conselheiro José
1098 da Cruz destacou que a Comissão não havia esgotado o debate, o qual prosseguiria na reunião de
1099 dezembro do CNAS, com a presença do Coordenador Luiz Otávio. Agradeceu o apoio do Sr.
1100 Wagner Antônio, do Departamento de Gestão do SUAS, que havia assessorado os trabalhos da
1101 Comissão e também aos demais integrantes. A Presidenta do CNAS parabenizou pelo trabalho
1102 apresentado pela Comissão, como também o apoio da coordenação técnica do CNAS, Sra. Dorinha
1103 Pereira que havia acompanhado os trabalhos. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento de**
1104 **aos Conselhos**, pela Conselheira Margareth: *“Bom dia Presidente, Vice-Presidente, bom dia a*
1105 *todos os Conselheiros e convidados. Vamos então apresentar o nosso debate que a Comissão de*
1106 *acompanhamento aos Conselhos, tivemos a incumbência de discutir o capítulo 9 e o capítulo 10,*
1107 *trazia... (intervenção fora do microfone) E trazia algumas, além de discutir o q foi apresentado*
1108 *após a CIT, na pactuação, a nossa Comissão sentou, teve um debate, queremos também agradecer*
1109 *já a equipe do CNAS/MDS, a Clara que na ocasião não era Conselheira, mas muito contribui com*
1110 *a Comissão, Alexandra também do CNAS. Então o capítulo 9 que nos coube enquanto Comissão foi*
1111 *Controle Social do Sistema Único da Assistência Social e o capítulo 10: Instâncias de Negociação*
1112 *e Pactuação do Sistema Único de Assistência Social. Então vamos começar, capítulo 9, o que a*
1113 *NOB traz como a inovação do SUAS, o capítulo 9 tratava do seguinte: É subdividido em três*
1114 *sessões, Controle Social do Sistema Único de Assistência Social, tema. O capítulo 9 é subdividido*
1115 *em três sessões, Conferências de Assistência Social, Conselhos de Assistência Social e participação*
1116 *dos usuários do SUAS e trata de que a participação social deve constituir-se em estratégias*
1117 *presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o*
1118 *processo de planejamento e execução da política de Assistência Social de modo democrático e*
1119 *participativo. Então nós enquanto Comissão discutimos que a necessidade de ter uma sessão*
1120 *específica dedicada a participação dos usuários e ratifico o compromisso do SUAS com o*
1121 *protagonismo dos usuários. A nossa Comissão também apresenta a proposta e fortalece o*
1122 *entendimento de que o sistema é participativo, onde a gestão deve instituir espaços democráticos*
1123 *desde o planejamento a execução da política. Ainda no capítulo 10, do Controle Social, a inovação*
1124 *da NOB define as estratégias para o fortalecimento dos Conselhos, das Conferências de*
1125 *Assistência Social e a promoção da participação dos usuários. Então a nossa Comissão entende,*
1126 *estabelece como estratégias para o fortalecimento dos Conselhos e da participação dos usuários a*
1127 *definição de responsabilidade dos entes, além do planejamento das ações dos Conselhos e da*
1128 *participação dos usuários no planejamento local, municipal, distrital, regional e nacional. Ainda*
1129 *na subseção 1, que trata de planejamento das responsabilidades do Conselho de Assistência Social,*
1130 *então a Comissão discute lá nos comentários que há definido uma subseção específica sobre o*
1131 *planejamento das ações dos Conselhos, devendo estes planejar suas ações de forma a garantir a*
1132 *concepção das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e*
1133 *transparência das suas atividades, aos Conselhos caberá, o que fazer? Considerando suas*
1134 *atribuições. Como fazer? Considerando suas características e responsabilidades, necessidade,*
1135 *desculpa. Com qual recurso e custos? Considerando o uso obrigatório dos recursos do IGD, no*
1136 *Conselho entre outros recursos e estruturas, estrutura que devam ser garantidos pela gestão. Na*
1137 *subseção 2 de responsabilidade dos entes federativos com controle social, a Comissão entende que*
1138 *detalha a operacionalização das responsabilidades dos gestores com o funcionamento dos*

1139 *Conselhos e Conferências reafirmando o parágrafo único do artigo 16 da LOAS. As inovações da*
1140 *NOB/SUAS 2012 q define as atribuições dos Conselhos de Assistência Social, ao convocar a*
1141 *Conferência, cabendo a este elaborar as normas do seu funcionamento, constituir Comissão*
1142 *organizadora, encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos competentes após sua*
1143 *organização após sua realização. Adotar estratégias e mecanismos que favoreçam as mais amplas*
1144 *inserção dos usuários, através de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que*
1145 *permitam sua participação e manifestação. No entendimento dos comentários da Comissão reforça*
1146 *e detalha a atribuição dos Conselhos em relação à convocação e realização das Conferências*
1147 *definindo ações a serem executadas antes, durante e após a realização dessas, observando também*
1148 *a garantia da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e outras. Define*
1149 *responsabilidade dos gestores em relação á realização das Conferências devendo esses prevê a*
1150 *dotação orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo os recursos e a infraestrutura*
1151 *necessários, bem como a participação dos delegados governamentais e não governamentais. Os*
1152 *comentários da Comissão, exigir um capítulo sobre as responsabilidades dos gestores, onde consta*
1153 *como responsabilidade comuns a todos os entes sobre, realizar em conjunto com os Conselhos de*
1154 *Assistência Social às Conferências, estimular a mobilização e organização dos usuários e*
1155 *trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social no SUAS. Uma outra*
1156 *temática que estabelece a possibilidade de realização de etapas preparatórias para as*
1157 *Conferências como audiências públicas para Conferências, Reuniões Ampliadas do Conselho e*
1158 *etc., como estratégias de ampliação da participação popular. Para a Comissão, são estratégias*
1159 *importantes para a mobilização, capacitação e ampliação do debate a cerca do tema das*
1160 *Conferências, ação que já constam nas orientações do CNAS e agora ratificadas pela NOB/SUAS.*
1161 *Outra temática que entre as responsabilidade dos entes, estabelecem os documentos e informações*
1162 *que deve ser encaminhados pelo órgão gestor da Assistência Social aos Conselheiros com*
1163 *antecedência necessária para a devida apreciação. Para a Comissão essa diretriz ratifica o*
1164 *compromisso dos gestores com a gestão democrática e participativa do SUAS munindo de*
1165 *informações os Conselheiros que exerce o controle social desse sistema. A outra para ampliar o*
1166 *processo participativo dos usuários, além do reforço na articulação com os movimentos sociais e*
1167 *populares, diversas estruturas podem ser organizadas, tais como: "Coletivos de usuários junto aos*
1168 *serviços, programas e projetos socioassistenciais, Comissão de bairros, Fórum, entre outras." A*
1169 *Comissão: "Esses espaços devem desencadear o debate permanente dos problemas enfrentados, o*
1170 *acompanhamento das ações desenvolvidas e a discussão das estratégias mais adequadas para o*
1171 *atendimento das demandas sociais, com vistas a assegurar constante aprimoramento das ofertas e*
1172 *prestações dos SUAS." Então a gente encerra assim o debate q não está concluído, mas o capítulo*
1173 *9 que a gente traz como as propostas. Agora vamos as inovações do SUAS para o capítulo 10,*
1174 *instâncias de negociação e pactuação do Sistema Único de Assistência Social. O capítulo é*
1175 *subdividido em duas sessões, CIT e CIB: "Define requisitos para a composição da CIB, a*
1176 *representação do estado e dos municípios, levando em conta o porte dos municípios e sua*
1177 *distribuição regional. Os representantes titulares e suplentes deverão ser de regiões diferentes, de*
1178 *forma a contemplar as diferentes regiões do estado e observar a rotatividade, quando da*
1179 *substituição das representações dos municípios." A Comissão só traz que é importante essa diretriz*
1180 *tendo em vista, a garantia à representatividade de forma equânime. No artigo 110: "São*
1181 *estratégias para o fortalecimento dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social e da*
1182 *promoção da participação dos usuários. 1 Fixação das responsabilidades da União, estados, DF e*
1183 *municípios para com o controle social. 2 Planejamento das ações do Conselho de Assistência*
1184 *Social. 3 Participação dos Conselhos e dos usuários do planejamento local, municipal, estadual,*
1185 *distrital, regional e nacional. 4 Convocação periódica das Conferências de Assistência Social. 5*
1186 *Ampliação da participação popular." E aí a Comissão pede a inclusão do inciso VI e VII, o VI que*
1187 *a valorização da participação dos trabalhadores do SUAS. E o VII, valorização da participação*
1188 *das entidades e organizações de Assistência Social. No entendimento de que o importante é que se*

1189 valorize todos os segmentos da sociedade civil dentro dos Conselhos, foi dentro dessa lógica que a
1190 gente pediu a inclusão do VI e VII, porque bem que a Sociedade Civil ela é representada por esses
1191 três segmentos. No artigo 114: "Os Conselhos de Assistência Social são instâncias deliberativas,
1192 colegiadas do SUAS, vinculadas a estrutura do órgão gestor de Assistência Social da União, dos
1193 estados, DF e municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e
1194 sociedade civil." No parágrafo 1º: "A União, estados, DF e municípios deverão instituí-los por
1195 meio de edição de lei específica." E aí a Comissão ela colocam inserir um complemento, na
1196 verdade, no parágrafo 1º, continua a União, os estados, DF e municípios deverão instituí-los por
1197 meio de edição de lei específica e aí a gente pede a inclusão, conforme a LOAS. E a Comissão
1198 também, ela apresenta uma proposta de uma inserção de um novo parágrafo, que é um novo
1199 parágrafo 2º, e aí a inclusão do parágrafo 2º, inserção que coloca: "Além de criação dos
1200 Conselhos deve garantir a escolha democrática da representação dos três segmentos da Sociedade
1201 Civil, sendo vedada a representação cativa." (intervenção fora do microfone) Cadeira cativa, não
1202 passa pelo processo eleitoral... (intervenção fora do microfone) Vitalícia... (intervenção fora do
1203 microfone) Vou continuar tá gente, depois vocês se inscrevam para o debate, por favor. Importante
1204 reafirmar também a NOB/SUAS a forma da eleição desse processo democrático da Sociedade Civil
1205 garantindo a paridade e garantindo que as pessoas também não se perpetuem lá no controle social,
1206 é por conta disso, aceitamos as considerações. Continuando, o artigo 115: "São atribuições
1207 precípuas dos Conselhos de Assistência Social que devem ser objeto do planejamento de suas
1208 ações: Alínea 7: Planejar e deliberar sobre os gastos de 3% dos recursos do IGD/BBF e do
1209 IGD/SUAS destinados aos desenvolvimento das atividades do Conselho." Aí a Comissão pede para
1210 inclusão no texto na alínea 7: "Planejar e deliberar sobre os gastos de:" Aí a gente pede a
1211 inclusão: "No mínimo 3% dos recursos IGD/BBF e do IGD/SUAS destinados ao desenvolvimento
1212 das atividades do Conselho." No sentido de a gente está dando maior clareza. Artigo 115, alínea
1213 15: "Inscrever e fiscalizar as entidades de Assistência Social conforme parâmetros e procedimentos
1214 nacionalmente estabelecidos, bem como informar o Conselho Nacional de Assistência Social sobre
1215 os cancelamentos de inscrições." E aí nessa alínea 15 a Comissão entende a necessidade da
1216 inclusão de texto no texto para melhor clarear, então coloca: "Inscrever e fiscalizar as entidades e
1217 organizações de assistência social," aí é inclusão: "Bem como serviços, programas, projetos e
1218 benefícios socioassistenciais..." E aí continua o texto, conforme parâmetros e procedimentos
1219 nacionalmente estabelecidos." Mas a Comissão também pede exclusão do texto pactuado, a parte
1220 da exclusão que é no momento que fala: "Bem como, informar o Conselho Nacional de Assistência
1221 Social sobre os eventuais cancelamentos de inscrições." No entendimento de que se o Conselho
1222 Nacional não certifica mais as entidades, então não cabe ao Conselho apenas a comunicação de
1223 cancelamento. Artigo 115, na alínea 19: "Elaborar, aprovar e divulgar seu regimento interno,
1224 tendo como conteúdo mínimo, processo de eleição dos Conselheiros representantes da Sociedade
1225 Civil." Na letra D, e na letra G, vamos falar da letra D, então a complementação desse texto da D:
1226 "Processo de eleição dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil," complementando o
1227 texto: "Conforme previsto na legislação." É só essa complementação, Na letra G: "Trâmite para a
1228 substituição de Conselheiros e perda de mandato." Então também a Comissão pede uma
1229 complementação do texto, complementando: "E hipóteses para a substituição de Conselheiros e
1230 perda de mandato." A nossa Comissão pede a exclusão da letra K, que é... (intervenção fora do
1231 microfone) Alínea K: hipótese de perda de mandato... (intervenção fora do microfone) Não é J não.
1232 É J? Então é J. (intervenção fora do microfone) Obrigado Conselheiro. Artigo 117: "Os Conselho
1233 devem planejar suas ações de forma a garantir a concepção das suas atribuições e exercício do
1234 controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades. Parágrafo 1º: "O
1235 planejamento das ações do Conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da
1236 assistência social, para o apoio financeiro e técnico, as funções do Conselho." Parágrafo 2º: "O
1237 gestor federal deverá disponibilizar ferramentas informatizada para o planejamento das atividades
1238 dos Conselhos contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos." A proposta da

1239 *nossa Comissão é o remanejamento de artigo, que na verdade, ele vai passar para o artigo 115,*
1240 *para que aí ver se a gente consegue ter um melhor entendimento na subseção. E aí inicia o debate*
1241 *sobre planejamento, então que esse artigo aqui seja o artigo 115, vai lá para o 115. Artigo 118:*
1242 *“cabe aos órgãos gestores da Política de Assistência Social em cada esfera de governo o apoio*
1243 *técnico e financeiro aos Conselhos e a Conferência Nacional de Assistência Social a participação*
1244 *social do usuário no SUAS.” Parágrafo 1º: “Os órgãos gestores da assistência social devem: A*
1245 *Promover aos Conselho infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros, arcando com as*
1246 *despesas inerentes ao seu funcionamento, passagens, traslado, alimentação, hospedagem dos*
1247 *Conselheiros governamentais e não governamentais no exercício das suas atribuições.” Então esse*
1248 *é um texto pactuado, mas a nossa Comissão pede complementação no texto, lá embaixo, que é:*
1249 *Prover os Conselhos de infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros, arcando com as*
1250 *despesas inerentes ao seu funcionamento, bem com arcar com as despesas de passagens, traslado,*
1251 *alimentação e hospedagem dos Conselheiros governamentais e não governamentais,” aí a*
1252 *Comissão pede a inclusão: “De forma equânime,” aí continua o texto: “No exercício de suas*
1253 *atribuições, complementação do texto: tanto nas atividades externas ao município... (intervenção*
1254 *fora do microfone) Ao município quanto internas.” Artigo 118, parágrafo 1º: “Os órgãos gestores*
1255 *da Assistência Social.” Aí a gente pede aqui a inserção de uma nova alínea, que é a alínea C:*
1256 *“Subsidiar os Conselhos com informações para o cumprimento de suas atribuições e para*
1257 *deliberação sobre o cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, na*
1258 *perspectiva de ratificar a responsabilidade dos órgãos gestores.” O artigo 118 no parágrafo 2º:*
1259 *“Os Conselhos devem ser dotados de Secretaria Executiva, com atribuição de exercer as funções*
1260 *técnicas e administrativas, pertinentes ao seu funcionamento contando com profissional de ensino*
1261 *superior e apoio técnico.” Aí a Comissão pede uma complementação no texto, parágrafo 2º: “Os*
1262 *Conselhos...” Para clarear melhor o texto, a complementação: “Serão dotados de Secretaria*
1263 *Executiva, e aí complementa o texto: Contando com profissional responsável de nível superior e*
1264 *apoio técnico administrativo...” E aí continua a redação como era: “Para exercer suas funções*
1265 *técnicas e administrativas pertinentes ao seu funcionamento.” Artigo 122: “Constitui-se estratégias*
1266 *para o estímulo a participação dos usuários no SUAS. 3 Maior representatividade dos usuários no*
1267 *processo de eleição dos Conselheiros não governamentais de escolha da delegação para as*
1268 *Conferências e de realização das capacitações.” Aí a gente só pede a complementação do texto de:*
1269 *“A garantia de maior...” Em vez de ser maior representatividade, a garantia de maior*
1270 *representatividade. No artigo 128: “Entende-se por pactuação na gestão da política de Assistência*
1271 *social as negociações e acordos estabelecidos entre os entes federativos envolvidos por meio de*
1272 *consensos para operacionalização e aprimoramento do SUAS.” Parágrafo 3º: “As pactuações*
1273 *devem ser encaminhadas para os Conselhos de Assistência Social, para conhecimento e*
1274 *deliberação dos assuntos que forem de sua competência tais como pactuações que envolvam*
1275 *critérios de partilha de recursos, normatização dos serviços socioassistenciais e prazos para a*
1276 *implementação das ações entre outras.” Na verdade, a Comissão pede um alteração do texto do*
1277 *parágrafo 3º: “ As pactuações da CIT e da CIB devem ser encaminhadas aos respectivos*
1278 *Conselhos de Assistência Social, para conhecimento e deliberação dos assuntos que forem de sua*
1279 *competência.” A gente também teve um debate aqui que não tem necessidade de a gente está*
1280 *especificando, que deve constar situações no próprio regimento interno dos Conselhos. Artigo 131:*
1281 *“São CIB constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municípios e*
1282 *estaduais da Política de Assistência Social caracterizando-se como instância de negociação e*
1283 *pactuação, quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS.” Parágrafo 2º: “Os*
1284 *representantes titulares e suplente, deverão ser de regiões diferentes de forma a contemplara*
1285 *totalidade das regiões do estado e observar a rotatividade quando da substituição das*
1286 *representações dos municípios.” E aí, na verdade, a Comissão entendeu que não seria, a alteração*
1287 *do texto, não para se tratar de totalidade de regiões, mas sim das diferentes regiões do país, então*
1288 *é por conta disso que no artigo 2º a gente pede a alteração do texto para que se permita maior*

1289 *clareza que invés de totalidade das regiões do estado, se coloque as diferentes regiões do estado”.*
1290 A Conselheira Leila referiu-se ao artigo 14, com sugestão de inserção de um novo parágrafo,
1291 contemplando a diversidade do tamanho de municípios, principalmente o de porte um e dois,
1292 esclarecendo ter sido procurado por municípios de pequeno porte um e dois que haviam colocado
1293 suas dificuldades de fazer a composição da Sociedade Civil nos três segmentos, questionando qual
1294 seria a alternativa para que esses municípios tivessem o seu Conselho em pleno e regular
1295 funcionamento e cumprindo a LOAS. Indagou qual a demanda do CONGEMAS nessa questão,
1296 considerando nessa NOB essa especificidade da diferença de tamanho de município. Destacou o
1297 artigo 115 que falava do processo eleitoral, passando para o artigo 128, com relação às
1298 competências dos municípios, tendo que ser melhor explicitado. A Conselheira Cláudia referiu-se
1299 ao artigo 114, sobre a integração da Sociedade Civil na composição dos Conselhos, relatando a
1300 vacância desse segmento em diversos Conselhos, discorrendo sobre a situação. O Conselheiro José
1301 da Cruz observou que a Comissão havia conseguido sistematizar o tema, sendo muito bem
1302 organizado e devendo ser trabalhado nesse formato nos Conselhos. O Conselheiro Wagner
1303 corroborou com as colocações feitas sobre o artigo 114, podendo ser considerada quando fosse
1304 revisada a Resolução 237/2006 do CNAS, que dispunha sobre a estrutura e funcionamento dos
1305 Conselhos. A Conselheira Dóris ponderou que a Sociedade Civil precisaria ser estimulada para
1306 participar nos Conselhos. O Conselheiro Anderson considerava importante estar na NOBSUAS a
1307 participação de organização de usuários, concordando com as falas das Conselheiras Cláudia e
1308 Dóris, quanto a estimular essa participação. A Conselheira Leila indicou o artigo 115, inciso XIX,
1309 sendo importante constar na NOB o processo de eleição dos Conselheiros representantes da
1310 Sociedade Civil, com esse procedimento sendo organizado pela Sociedade Civil que atuava nos
1311 Conselhos. A Conselheira Marisa relatou que já ocorria no âmbito dos municípios a escolha pelo
1312 Fórum da Sociedade Civil representada no âmbito dos seus municípios, com o CONGEMAS
1313 trazendo essa discussão com todos os gestores em todos os encontros regionais, garantindo a
1314 corresponsabilidade da Sociedade Civil na inclusão dos Conselhos Municipais de Assistência
1315 Social. A Conselheira Simone alertou que a NOB não deveria trazer questões que não estavam
1316 legalmente instituídas, sugerindo que a Coordenadora Margareth se ativesse à Resolução do CNAS,
1317 com normativas sobre o processo de eleição do Conselho. A Conselheira Margareth concordou que
1318 havia questões já normatizadas pelo Conselho e que não estavam na NOB, tendo que discutir a
1319 Resolução 237 e após fazer as alterações necessárias. Indicou o capítulo destinado à participação
1320 dos usuários, ratificando o compromisso do SUAS com o protagonismo de seus usuários. Indicou
1321 que o texto estava sendo elaborado pela equipe técnica do MDS, da SNAS, que apresentaria em
1322 dezembro para esse debate. A Conselheira Simone, falando sobre a questão, observou que os dados
1323 do Censo trariam subsídios para a Comissão discutir e aprofundar o debate. Falou sobre as
1324 entidades existentes no país, talvez sendo preciso uma orientação mais geral do que ficar escrito
1325 como a Comissão havia feito. A Conselheira Margareth colocou que esse debate deveria ser
1326 aprofundado, não podendo ser esgotado na NOB. Prosseguindo, agradeceu à equipe do CNAS e do
1327 MDS pelo esforço despendido, resultando no trabalho apresentado. **ENCERRAMENTO.** A
1328 Presidenta do CNAS encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos a retornarem às
1329 13h30min. Solicitou aos Conselheiros da Presidência Ampliada, Conselheira Margareth,
1330 Conselheiro José da Cruz, Conselheiro Ademar, substituindo o Conselheiro Volmir, e Conselheira
1331 Marisa, permanecessem no recinto. **ABERTURA.** A Presidenta do CNAS reiniciou a reunião,
1332 informando que estava sendo retransmitida *online* e passando à Secretária-Executiva para
1333 conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Luziele Maria de
1334 Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga;
1335 Conselheira Clara Carolina de Sá; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Meive Ausônia
1336 Piacesi; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci;
1337 Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Anderson Lopes
1338 Miranda; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Ferreira Clemente;

1339 Conselheira Margarida Munguba Cardoso; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro José
1340 Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria
1341 do Socorro Fernandes Tabosa; Conselheira Maria Cristina Costa Arrochela; Conselheiro Marcílio
1342 Marquesini Ferrari; Conselheiro Charles Roberto Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha;
1343 Conselheira Cláudia Laureth Faquinote; Conselheira Nilsia Lourdes do Santos; Conselheiro Carlos
1344 Rogério de Carvalho Nunes. **Item Relato da Comissão de Normas**, pela Conselheira Marisa:
1345 *“Presidenta quero fazer um agradecimento, antes de iniciar a nossa fala a nossa exposição aqui do*
1346 *debate da NOB pela Comissão de Normas, fazer um agradecimento à Carolina da Coordenação de*
1347 *Regulação do Departamento de Assistência Social, que esteve conosco nessa discussão na*
1348 *Comissão, como também agradecer a Secretária Executiva, na pessoa de Giovanna, Cristiana e*
1349 *toda a equipe que nos deu todo apoio para esses enfoques que nós vamos relatar. Como também*
1350 *quero, Sra. Presidente, apresentar aqui os nossos membros da Comissão, os membros da Comissão*
1351 *de Normas é: Simone, faz parte da nossa Comissão a nossa Coordenadora Adjunta; Wagner*
1352 *Carneiro também; Leila Pizzato, nós temos também o suplentes, a Eloiana, Viviane e a Cláudia*
1353 *Faquinote, e Thiago Cabral, da OAB. Portanto, foram esses membros que contribuíram para a*
1354 *nossa exposição sobre a NOB. A Comissão de Normas, ela ficou, sobre a análise da, o capítulo 2 -*
1355 *Gestão do SUAS; V - processo de acompanhamento do SUAS; e o XI - Regras de transição. Então*
1356 *nós elaboramos da seguinte forma, primeiro a Comissão entendeu, os membros da Comissão*
1357 *entenderam que precisávamos resgatar e fazer uma breve análise sobre os aspectos gerais para*
1358 *NOB. E aí colocamos um relato da NOB SUAS em 2005 do texto vigente, da NOBSUAS e 2012, um*
1359 *texto em análise, e alguns comentários e observações, e considerações, como também*
1360 *apontamentos que a Comissão entendeu sobre cada item abordado que nós vamos expor. Então um*
1361 *dos aspectos gerais o texto discursivo na NOB 2005 apresenta para nosso um texto discursivo, na*
1362 *NOB 2012 o texto é normativo, e a Comissão fez uma consideração de que a NOBSUAS, ela passa*
1363 *a ter um caráter normativo, sendo organizado por artigos. Essa nova lógica torna o texto mais*
1364 *objetivo e esclarece as competências e especificidades de cada tema. Com relação à adesão dos*
1365 *estados, DF por habilitação e desabilitação dos municípios, considerando a NOB vigente, na*
1366 *NOBSUAS 2012 ela traz o caráter da adesão dos estados DF e dos municípios. E a nossa*
1367 *compreensão é que há uma superação da lógica cartorial do modelo de desabilitação para o*
1368 *planejamento e apoio técnico à adesão. Com relação ao texto de níveis de gestão, inicial e básica*
1369 *da média e plena, a atual NOB, ela tem, considera o nível de gestão são definidos com base no*
1370 *Índice de Gestão do SUAS, o IDSUAS, que observará os estados de organização da gestão e oferta*
1371 *dos serviços. O IDSUAS, na nossa compreensão, tem como objetivo contribuir para o planejamento*
1372 *estratégico das ações do SUAS referenciando as metas a serem pactuadas para a melhoria da*
1373 *gestão e a qualidade dos serviços. Maior valorização das informações, da realidade, dos*
1374 *municípios por meio do Censo SUAS e sistemas oficiais de informação. Com relação à habilitação*
1375 *do SUAS no cumprimento dos requisitos e incentivos a responsabilidades, está hoje no texto da*
1376 *NOB 2005, na NOB 2012 ela busca os aspectos, ela busca incentivar o aprimoramento da gestão e*
1377 *a qualidade dos serviços. Objetiva-se, portanto, fortalecer a gestão compartilhada e a cooperação*
1378 *técnica. Com relação à descentralização de recursos, a descentralização não somente de recursos,*
1379 *mas também das ferramentas e sistemas de informações é o que nós observamos na nossa atual*
1380 *NOB e que ela fortalece a gestão ao disponibilizar ferramentas que contribuem para a sua eficácia,*
1381 *e efetividade, e controle. No capítulo 2, que é a nossa avaliação, que é gestão do Sistema Único de*
1382 *Assistência Social, na NOB vigente não consta responsabilidades comuns entre os entes. Na atual*
1383 *ela define as responsabilidades comuns entre os entes com várias inovações. No artigo 8º, que*
1384 *constitui responsabilidades comuns à União, estados, DF e municípios no inciso VI aqui, que é*
1385 *atender aos requisitos previstos no artigo 30 e seu parágrafo único da LOAS, com a efetiva*
1386 *instituição e funcionamento do... O Fundo de Assistência Social constituído como o unidade*
1387 *orçamentária e gestora, vinculado ao órgão gestor da Assistência Social, que também deverá ser o*
1388 *responsável pela sua ordenação de despesas e com alocação de recursos financeiros próprios. Na*

1389 *nossa análise expressa as normativas previstas na lei em 8742/93, a LOAS, e no decreto*
1390 *7188/2012, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, os objetivos são vincular o*
1391 *fundo à Secretaria, e definir como ordenador de despesas o seu Secretário. Assim entendo os*
1392 *recursos da assistência social vinculados então ao fundo, e tendo como seu ordenador de despesa o*
1393 *Secretário, o processo de fiscalização desse tornam-se, inclusive mais transparentes e viabiliza a*
1394 *autonomia então, portanto, desse gestor. Considerando ainda o artigo 8º, o inciso VII, que prover a*
1395 *infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho da Assistência Social garantindo recursos*
1396 *materiais, humanos e financeiros, inclusive para as despesas referentes a passagens e diárias de*
1397 *Conselheiros, representantes do governo ou da sociedade civil no exercício de suas atribuições.*
1398 *Consta, inclusive a partir da reformulação da LOAS, no artigo 16, no parágrafo único, que ela faz*
1399 *suas considerações e intenções. No artigo 8º, no VIII inciso, que é “realizar em conjunto com os*
1400 *Conselhos de Assistência Social as conferências de Assistência Social, a Comissão considera que*
1401 *dá atribuição a gestão de, em conjunto com os Conselhos, promover, realizar e operacionalizar as*
1402 *conferências, inclusive com disponibilização de recursos e infraestrutura para essas”. No inciso*
1403 *XVIII, que é definir os serviços socioassistenciais de alto custo e as responsabilidades dos entes de*
1404 *financiamento em execução, a Comissão avalia que a sua inclusão deve, como objetivo, a*
1405 *necessidade de definição, em âmbito nacional, dos serviços de alto custo; definir com base na*
1406 *realidade de algumas regiões do país, independente do nível de proteção e as responsabilidades de*
1407 *execução e financiamento. No outro inciso, que é definir os fluxos de referência e contra-referência*
1408 *do atendimento dos serviços socioassistenciais, a Comissão entende que é uma construção de*
1409 *acordos e normativas para o encaminhamento dos atendimentos na rede, tanto para as ações*
1410 *governamentais e não-governamentais. Os acordos devem contemplar as diversidades culturais,*
1411 *étnicas, religiosas e as orientações sexuais. Com relação ao exposto ainda no artigo 21, que é*
1412 *aprimorar a gestão do programa Bolsa Família e do Cadastro Único para programas sociais do*
1413 *governo federal, Cadastro Único, entendemos que as responsabilidades quanto ao programa*
1414 *Bolsa Família passam então, são incorporadas às normativas do SUAS. Não inciso XXII, que é*
1415 *gerir de forma integrada por serviços, benefícios e programas de transferência de renda de suas*
1416 *competências, a Comissão entende que o objetivo é gerir e executar de forma integrada os*
1417 *programas de transferência de renda e os serviços de modo a acompanhar famílias e indivíduos*
1418 *que recebem transferência de renda de forma também integrada aos serviços do SUAS. No outro*
1419 *inciso, que é regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do*
1420 *Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS, entendemos que norma contida no decreto*
1421 *6307/2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais, o qual define no artigo 1º, § 2º concessão dos*
1422 *auxílios por natalidade e por morte, serão regulados pelos Conselheiros da assistência social dos*
1423 *estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho*
1424 *Nacional de Assistência Social, o CNAS. Já no exposto, ainda no artigo 8º, no inciso que diz que*
1425 *implementar os protocolos pactuados na Comissão Intergestora se Bipartite, CIT, a Comissão*
1426 *observa que tem por objetivo esse inciso é implementar os processos definidos de encaminhamento*
1427 *aos serviços. No outro inciso, que é implantar sistema de informação, acompanhamento,*
1428 *monitoramento e avaliação, com vistas a promover o aprimoramento, qualificação, integração*
1429 *contínuos dos serviços da rede socioassistencial, no caso na atual redação está governamental e*
1430 *não governamental, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e plano de Assistência Social,*
1431 *houve consenso de que as metas estabelecidas no Pacto Aprimoramento do SUAS devem refletir no*
1432 *plano de assistência e o acompanhamento destas se dará por meio do sistema de informação,*
1433 *esclarecendo a implementação desse inciso. E a Comissão traz também como uma proposta de*
1434 *alteração desse texto é alterar aqui “integração contida no serviço da rede governamental e não*
1435 *governamental para a rede então socioassistencial”. XIII aqui. No artigo 9º, referente, que são*
1436 *responsabilidades da União o um inciso X que diz: “Apoiar técnica e financeiramente os estados, o*
1437 *DF e os municípios na implementação dos serviços, benefícios, projetos e programas de proteção*
1438 *social básica e especial dos projetos de enfrentamento à pobreza e das ações socioassistenciais de*

1439 caráter emergencial. Os membros da Comissão entendem que no processo de discussão desse
1440 artigo foi ressaltada a necessidade do governo federal apoiar os municípios em situação
1441 específicas, sendo necessário que na elaboração dos pactos que seja definido o caráter do apoio
1442 técnico. No outro inciso, que é elaborar um plano de apoio aos estados o DF, com tendências e
1443 irregularidades junto ao SUAS para cumprimento do Plano de Providências, nós observamos que
1444 esse inciso, ele foi inspirado em uma resolução da CIT, que definia processo de acompanhamento
1445 da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios pela União, estados, DF e municípios. No
1446 outro inciso, que é definir sobre na atual redação está: “Decidir sobre os pedidos de concessão e
1447 de renovação da certificação de entidades beneficentes de Assistência Social no âmbito de
1448 Assistência Social, a Comissão entende e sugere uma alteração de exclusão de “os pedidos” e
1449 deixar apenas “decidir sobre a concessão e renovação da certificação”. No artigo 11, continuando
1450 “são responsabilidade dos estados”; no inciso II “cofinanciar por meio de transferência regular e
1451 automática na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, e
1452 o aprimoramento da gestão em âmbito regional e local”. A LOAS no nosso comentário já define
1453 que os estados podem implantar o IGD para os seus respectivos municípios. No outro inciso, que é
1454 “garantir condições financeiras, materiais e estruturais para efetivo funcionamento da Comissão
1455 Intergestora Bipartite, CIB, e do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS, é uma
1456 sistematização ou sistemática dessa instância importante de encaminhamentos pelos CEAS nas
1457 CIBs no âmbito dos estados. E o outro inciso que é instituir de ações preventivas e proativas de
1458 acompanhamento aos municípios no cumprimento das normativas do SUAS para o aprimoramento
1459 da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pactuados nacionalmente.
1460 A Comissão destaca que esse inciso, ele é dado à necessidade do processo de acompanhamento
1461 da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios pelos estados junto aos seus municípios. No
1462 artigo 13, que “são responsabilidade dos municípios gerir no âmbito municipal o cadastro único
1463 para programas sociais no governo federal e o programa Bolsa Família nos termos § 1º do artigo
1464 8º, da lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Os membros da nossa Comissão destacam que os
1465 programas municipais e estaduais de transferência de renda poderão ter também gestão integrada
1466 ao programa Bolsa Família. Aquele município que tem em seus programas, com recursos próprios,
1467 programas de transferência de renda com essa atual, com essa nova NOB ele passa então a fazer
1468 essa incorporação de gestão. O capítulo 5 no processo de acompanhamento no SUAS, no artigo 33
1469 diz que “os processos de acompanhamento desencadearão ações que objetivam a resolução de
1470 dificuldades encontradas o aprimoramento a qualificação da gestão dos serviços programas,
1471 projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, quais sejam: I) proativas e preventivas; II) de
1472 superação das dificuldades encontradas; III) de avaliação da execução do plano de providências e
1473 medidas adotadas. A Comissão destacou que esse capítulo foi inspirado em resolução da CIT, que
1474 já definia, portanto, o processo de acompanhamento da gestão, serviços, programas projetos e
1475 benefícios pela União, estados, DF e municípios com objetiva então de verificar o alcance de metas
1476 de pactuação e da observância das normativas do SUAS. No capítulo V, no processo de
1477 acompanhamento no SUAS, no artigo 39 a CIT pactuará as normas complementares necessárias
1478 para a execução do processo de acompanhamento pela União, estados, DF e municípios. Nós
1479 comentamos aqui que a CIT definirá então os processos subsidiários que fomentarão a execução
1480 do processo de acompanhamento, e ainda deverá ser definido a posteriore critérios para o
1481 descredenciamento e outros critérios para o cumprimento das questões estabelecidas no artigo 38.
1482 No capítulo 11, que trata das regras de transição, no seu artigo 134, que diz que “a aplicação do
1483 capítulo quarto se dará a partir da efetiva implantação do sistema de informações, que permita o
1484 planejamento dos entes federativos para o alcance das prioridades e metas do Pacto de
1485 Aprimoramento do SUAS e o respectivo acompanhamento. O nosso comentário é de que o pacto
1486 que está em vigência terá validade até 2015 para adequação após deve haver uma nova pactuação.
1487 Portanto, Sra. Presidente, esses foram os destaques que a Comissão discutiu e colocou alguns
1488 apontamentos e considerações, mas que na próxima reunião plenária do nosso CNAS nós vamos

1489 *intensificar e sistematizar para nós aprofundarmos internamente na nossa Comissão, e trazer para*
1490 *o pleno a aprovação”. Prosseguindo, a Conselheira Simone prosseguiu com as considerações finais*
1491 *da Comissão de Normas: “Bem, Presidente, eu acho que a nossa coordenadora fez um ato do*
1492 *debate que nós fizemos acerca dos capítulos, do acompanhamento, das responsabilidades dos*
1493 *entes, do apoio técnico e das regras de transição. Bem, nas responsabilidades dos entes o que mais*
1494 *chamou a atenção da nossa Comissão foi basicamente o quanto que essa Norma Operacional*
1495 *Básica, ela deixa bem mais claro quais são as responsabilidades comuns, o que compete aos entes,*
1496 *aos 4 entes, que a NOB agora reconhece o DF na sua especificidade. Mas também deixa bem mais*
1497 *claro a responsabilidade dos governos estaduais. Isso ficou, merece um destaque aqui para os*
1498 *colegas do plano. Acho que esse Conselho, ele sempre esteve muito atento a que os entes*
1499 *cumprissem as suas responsabilidades. E acho que a NOB vai dar um passo importante,*
1500 *Conselheiros e Conselheiras, nesse sentido. Um outro que nós discutimos bastante também é que a*
1501 *NOB 2005, Presidenta e Vice-Presidenta, ela tinha um modelo, ela tem um modelo de habilitar e*
1502 *desabilitar municípios, com uma ideia de que se o município não desse conta de cumprir com as*
1503 *suas responsabilidades, os governos estaduais então deveriam ofertar o serviço, programas,*
1504 *projetos no seu lugar. E esse processo de habilitação e desabilitação de municípios, ele foi*
1505 *experimentado sofrivelmente experimentados, eu diria isso, porque das desabilitações que fizemos*
1506 *todas elas foram muito difíceis de se operacionalizar, para não dizer, Presidenta, impossível.*
1507 *Porque a realidade nos mostrou que o Pacto Federativo Brasileiro não permite que no modelo de*
1508 *gestão compartilhada, como é o SUAS, que um ente, ele seja interventor, quer dizer, o modelo que*
1509 *eu não sei como é que está na saúde hoje, mas talvez para a saúde seja até mais fácil, mas no caso*
1510 *da assistência social isso mostrou impossível de acontecer, não foram poucos os exemplos que*
1511 *tivermos onde os governos estaduais não conseguiam, nem poderiam, e nem cabe, na nossa*
1512 *legislação, que ele vai lá e pega a coordenação do CRAS, e pega a coordenação do CREAS, que*
1513 *tem a hierarquia sobre os funcionários municipais, enfim, que assuma a gestão municipal. Então a*
1514 *ideia de ter, claro, as responsabilidades, e a NOB avançar agora para a ideia, não habilitação e*
1515 *desabilitação, mas a ideia da adesão e do apoio técnico e financeiro. Isso muda bastante o formato*
1516 *da gestão compartilhada no SUAS. Eu acho que o FONSEAS, o Ministério vai fazer um encontro*
1517 *com o Fórum os Secretários Estaduais de Assistência Social em dezembro, e uma das pautas já é o*
1518 *debate de apoio técnico. O segundo dia do evento vai ser dedicado exclusivamente para a gente*
1519 *discutir o apoio técnico, que não é uma tarefa também fácil de se realizar. O apoio técnico do*
1520 *governo federal para o DF e estados; dos governos estaduais para os municípios. E aí, minha*
1521 *querida Coordenadora Marisa, eu só queria chamar a atenção aqui que me parece que a nossa*
1522 *intenção ou a nossa discussão, ela precisa ser melhor redigida do meu ponto de vista, pode ser que*
1523 *eu esteja errada, e é bastante provável que eu esteja, aqui no artigo 33, o que nos chama a atenção*
1524 *dos Conselheiros, por favor, que nos ajude também, está aí no capítulo V “Processo de*
1525 *acompanhamento do SUAS”. O que a Comissão discutiu e qual é a intenção nossa aqui? Nós*
1526 *discutimos que o apoio técnico, essa ideia do acompanhamento do apoio técnico, ela também deve,*
1527 *a NOB deve também incorporar isso no apoio técnico também dos municípios para com as*
1528 *entidades, e por quê? Porque também precisam de ser apoiadas tecnicamente. A área da*
1529 *assistência social, isso nós discutimos muito na Comissão, ela sempre, as Secretarias Municipais*
1530 *que tem uma rede complementar no município, formada pelas entidades, sempre teve uma cultura*
1531 *muito de supervisão, para ver se estava cumprindo o objeto do convênio. E a ideia aqui não é mais*
1532 *essa, mas é mais no sentido das secretarias, nem sei se é só as secretarias, mas dos municípios*
1533 *mesmo estabelecerem um apoio técnico, um programa de apoio técnico para que as entidades*
1534 *também possam se adequar às normativas do SUAS. A ideia da nossa Comissão e a discussão foi*
1535 *nesse sentido. Então, porque olhe se eu estou equivocada, está assim no artigo 33, eu vou ler para*
1536 *ficar mais fácil das pessoas acompanharem, viu Presidente, a senhora me desculpe aqui o*
1537 *delongamento: “Os processos de acompanhamento desencadeará ações que objetivam a resolução*
1538 *de dificuldades encontradas, o aprimoramento e a qualificação da gestão dos serviços, programas,*

1539 *projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, quais sejam: proativas e preventivas de*
1540 *superação das dificuldades encontradas; de avaliação da execução do plano de providências e*
1541 *medidas adotadas. Parágrafo único: As ações de que tratam o caput destinam à União, estados,*
1542 *Distrito Federal e municípios e Rede Socioassistencial. Parece que ele quer a rede, ela vai apoiar,*
1543 *não sei, ficou estranho aqui. Então eu acho, que não estou falando que a gente tem que corrigir o*
1544 *texto agora, mas é mais para a gente discutir, e melhorar, e dar uma melhor redação aqui para que*
1545 *se os colegas Conselheiros acharem adequado, para que a gente possa então melhorar a redação*
1546 *aqui. Por fim, Presidenta e colegas Conselheiros, nas regras de transição uma das... Ontem mesmo*
1547 *várias pessoas chegaram perto de mim e me perguntaram da dificuldade que é a gente tentar*
1548 *incorporar nos planos de Assistência Social as deliberações, as pactuações, tendo em vista duas*
1549 *questões que a nossa Comissão também discutiu. Primeiro é que os PPAs, eles não têm o mesmo*
1550 *tempo do governo federal, estadual e municipal, normalmente o PPA dos municípios é feito dois*
1551 *anos depois que é feito o PPA dos estados e da União. E como a ideia aqui é de que os entes*
1552 *possam ter acordos de metas, acordos de pactos de prioridades a serem incorporados em seus*
1553 *PPAs e planos de Assistência Social, então o que a gente colocou na regra de transição desta NOB*
1554 *para tentar ver se a gente equaciona um pouco esse tempo, para que de fato a gente possa*
1555 *estabelecer metas e prioridades entre os entes. Então a gente colocou no artigo 134 o seguinte, nas*
1556 *regras de transição: “A aplicação do capítulo 4 se dará a partir da efetiva implantação do sistema*
1557 *de informação, que permita o planejamento dos entes federativos para o alcance das prioridades e*
1558 *metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS, e respectivo acompanhamento. Claro, para que a*
1559 *gente possa fazer isso tem que ter um sistema informatizado, porque o Ministério vai disponibilizar*
1560 *para que a tradução do planejamento do pacto, ela possa ser acompanhada pelos entes. E aí a*
1561 *gente colocou assim, “§ 2º - O pacto aqui se refere o inciso II do § 1º será revisto em 2013,*
1562 *conforme pactuação na CIT de prioridades e metas nacionais para estados e Distrito Federal,*
1563 *permanecendo em vigor até o exercício de 2015”. Então esse é o destaque que eu acho importante*
1564 *a gente estar colocando aqui no plano. São essas as minhas considerações, muito obrigada*
1565 *Presidenta.”* Abrindo para considerações a Presidenta do CNAS passou para o Conselheiro José
1566 Araújo indicou ter recebido por e-mail a cópia da NOB, com as Comissões trabalhando nos
1567 capítulos correspondentes, sendo essa a primeira aproximação coletiva com a Norma e até a
1568 plenária de dezembro estariam aptos a fazer as contribuições necessárias. A Conselheira Meive
1569 discorreu sobre o Fórum Nacional de Secretários como representante dos estados, destacando a sua
1570 importância como articulador, resgatando a importância em relação a essas competências. A
1571 Conselheira Simone falou sobre a importância das colocações feitas sobre a NOB, com as
1572 Comissões tendo o papel de se dedicar a determinados temas nas Comissões. Destacou que estavam
1573 aproveitando a discussão sobre o rumo que o SUAS estava tomando, discorrendo sobre as
1574 colocações feitas e como a nova Norma estava sendo adequada à nova legislação, discorrendo sobre
1575 a questão. Que essa NOB era de reconhecimento dos avanços provocados pela LOAS, ficando
1576 algumas questões para serem discutidas em dezembro, citando o cadastro das entidades, indicando o
1577 convite par a Diretora de Regulação da Rede Privada do SUAS, para participar do debate do
1578 cadastro na Comissão. Informou que estavam propondo um novo capítulo para a NOB sobre os
1579 “Princípios éticos e da gestão do SUAS” a ser apresentado na plenária de dezembro. A Conselheira
1580 Nilsia ponderou que como esse era o primeiro contato com a NOB, era necessário que fosse
1581 estudada, observando que ao final da avaliação e aprovação, conforme solicitação da CIT, atingisse
1582 seu objetivo, que era o foco para o usuário, chegando clara para a execução pelos gestores. O
1583 Conselheiro Anderson discorreu sobre a importância que a NOBSUAS e o SUAS traziam para o
1584 atendimento à população, colocando a ausência do estado como um todo, mas com essa
1585 normatização começando a modificar essa situação. Falou sobre a questão do financiamento,
1586 discorrendo sobre a importância da participação do usuário e com a NOBSUAS tendo que trazer os
1587 deveres das três áreas, do usuário, do trabalhador e das organizações. A Presidenta do CNAS
1588 convidou o Conselheiro Ademar, para, na ausência do Conselheiro Volmir, falar sobre o **Item**

1589 **Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento do CNAS.** “Boa tarde Presidenta, Vice-
1590 Presidenta e a todos. Eu estou substituindo o Volmir neste momento. Bom, eu queria dizer a
1591 vontade é não fazer tanto compartimentos dos nossos debates, porque uma coisa tem a ver com a
1592 outra, que tem que a ver com a outra. Mas no restrito à questão do financiamento, nós combinamos
1593 aqui que no debate que nós fizemos, que incluíam os Conselheiros José Geraldo, Volmir, que não
1594 esteve presente em um primeiro momento, Ademar, Eutália, Fábio, Marcílio e Dóris, que são os
1595 Conselheiros que trabalharam nesse tema lá na Comissão de Financiamento nós estamos aqui
1596 comigo, Ademar, com Marcílio e com a Dóris. E a nossa apresentação, eu estou fazendo uma
1597 abertura de forma que o Marcílio possa expor o que nós apresentamos como proposta. Nós
1598 estamos evitando de fazer uma coisa, que foi muito rica na nossa Comissão, que foi toda uma
1599 compreensão do que foi a NOB 2005, do que ela se significou como um avanço para poder fazer a
1600 comparação, sobretudo, para os novos Conselheiros do que significa de 2012 enquanto avanços.
1601 Essa foi uma preocupação que foi muito ricamente trabalhada, sobretudo, com a contribuição da
1602 Dulcelena, com relação aos fundos, do Jaime, do SNA, e do José Geraldo da nossa Comissão, que
1603 tem elementos ricos que favoreceram o debate de algo que aparentemente é muito árido. Se a gente
1604 pensar a questão de financiamento, a gente vai tratar da coisa das rubricas, de onde é que coloca
1605 dinheiro, do que pode e o que não pode. Eu estou querendo nessa abertura dizer: a grande
1606 preocupação que também casa com as várias apresentações aqui, quem sabe até com a saúde que
1607 me dá ganas de fazer o diálogo das coisas que apareceram, é de que a grande preocupação foi de
1608 pensar como é que a questão de financiamento e do orçamento tem a ver com o que é o fundamento
1609 desse Conselho, que é o controle e social. Como é que a gente consegue olhar o financiamento e
1610 orçamento, como instrumentos privilegiados, não únicos, mas instrumentos que precisam estar
1611 cada vez mais na mão dos conselhos, mas, sobretudo, da população nessa discussão tão rica que
1612 apareceu aqui desde a primeira apresentação, que é da participação popular, de como é que a
1613 gente dar conta de fazer com que as organizações estejam presentes, e sem entrar um pouco no
1614 debate que já ocorreu, dizer: eu tenho dúvidas que aqui no Brasil tem algum município do Brasil
1615 que não tenha organizações e cuidando da ação social, elas podem não estar legalmente, sabendo
1616 que tem uma Política de Assistência Social, elas podem não querer, porque as complicações hoje
1617 para entrar nesse pedaço me obrigam a dizer, que eu sei que não é o nosso caso aqui, mas volta e
1618 meia a gente tem que lembrar que quando a gente fala em controle social nos Conselhos, a gente
1619 está falando de controle social do estado, e volta e meia a gente se perde quando começa a fazer
1620 muitas normativas. Que a gente faz normativas do ponto de vista do controle do estado, e aí fica
1621 falando do controle social das populações como algo que todos queremos, mas temos que avançar,
1622 temos que avançar nítida e claramente e criar condições para aquilo que já é direito, e já está
1623 colocado na política da Assistência Social como instrumento para ser colocado às mãos da
1624 população. Essa foi a proposta e preocupação que nos levou, inclusive a sair da particularidade da
1625 aridez de orçamento para olhar o orçamento como instrumento da ação política. É um pouco por
1626 aí, por exemplo, que nós refletimos portas desvinculadas de ação de planejamento, não pode estar
1627 desvinculado do PPA, não pode ser desvinculado da ação da LDO, e que isso e de certa forma a
1628 gente já foi se comprometendo nessa Comissão, de que fechada, definida a NOB nós nos colocamos
1629 à disposição para ajudar a fazer a sua disseminação, da disseminação dos instrumentos que são
1630 oferecidos, mas também de compreender do outro lado que ao mesmo tempo que a gente deve criar
1631 condições para a incorporação da populações nesse processo, a gente também tem que criar
1632 condições para aquilo que ontem, Simone, quando a gente falava dos dados que a Alessandra nos
1633 ofereceu em um seminário há 2 dias lá em Brasília, da Rede Socioassistencial, de que tem 74% de
1634 ações que as organizações, que ofereceram o dado no nosso Censo que não estão normatizadas.
1635 Então a gente precisa estar abertos para fazer com que a vida e a riqueza das coisas que
1636 acontecem na sociedade possam ser incorporadas, mas que a gente queira que incorpore as nossas
1637 normativas, que são fundamentais. Eu acho que esse jogo entre o sistema e a vida que acontece lá
1638 me obriga também, nesse final, a dizer para o nosso companheiro das populações de rua que há

1639 formas de organização na sociedade que não são reconhecidas. Não se trata de a gente querer que
1640 as organizações se enquadrem nas nossas formas de compreender o que é organizado ou não, mas
1641 se trata de a gente compreender que tem um plano de organização que tem que ser considerada, e
1642 isso nos obriga a estar olhando que essas normas, elas atendem a um momento e ajudam a gente a
1643 qualificar qual é o compromisso público, da política pública, mas que elas também podem ser
1644 revistas, tal como nesse momento, quando Simone falava de pensar um capítulo complementar aí
1645 da ética, no sentido de evitar o preconceito, eu digo também da ética ou da abertura para a gente
1646 reconhecer iniciativas da sociedade que estão por aí, e que é importante que o estado as
1647 incorporem e as assimilem. É claro que eu falo isso, desculpe um pouco, é que eu estou lembrando
1648 é que a gente tem formas de controle social de mobilização social que nos levam, por exemplo,
1649 nesse período eleitoral como foi bonito a gente ouvir as propagandas do nosso Tribunal eleitoral
1650 dizendo: “Nós conquistamos uma legislação da Ficha Limpa.” Então exemplos como esse de
1651 mobilização da sociedade nos dizem respeito de que tem formas com que a sociedade se apresenta
1652 que a gente precisa ir incorporando nos nossos processos de dizer como é que a participação
1653 popular vai se dando cada vez mais nos processos de políticas públicas. Eu acho que por aí é que
1654 eu digo que na linha da discussão dos instrumentos de financiamento a gente tem poucas sugestões
1655 para serem incorporadas. O Marcílio vai fazer isso em seguida. Mas o mais importante de fato é
1656 que essa incorporação nos leve a pensar em estratégias de disseminação. Obrigado”. A seguir, o
1657 Sr. Marcílio, da SNAS passou a falar: “Boa tarde Presidenta, boa tarde Vice-Presidenta, boa tarde
1658 Conselheiros e Conselheiras, boa tarde Ademar e Dóris, membros da nossa Comissão de
1659 Financiamento e Orçamento. Apenas um esclarecimento para os senhores Conselheiros e Sras.
1660 Conselheiras, nós fizemos uma alteração na apresentação, que anteriormente nós havíamos
1661 encaminhado para vocês, dado que a riqueza do debate ontem que nós tivemos fez com que nós
1662 pensássemos o seguinte: muito daquilo que nós havíamos inserido na apresentação foi
1663 contemplado com o debate ontem. Então para não se tornar enfadonho a discussão aqui e
1664 prevalecer justamente a discussão das nossas alterações às nossas reflexões em relação a
1665 NOBSUAS no que se refere ao capítulo do financiamento, nós então fizemos um bom enxugamento,
1666 demos uma enxugada, uma resumida na apresentação para dar maior celeridade no nosso debate,
1667 tudo bem? Feito esclarecimentos, e damos já início ao relato da nossa Comissão, nós ficamos
1668 responsáveis pela análise do capítulo 6 da NOBSUAS de 2012, o capítulo 6 é o capítulo chamado
1669 “Gestão financeira e orçamentária do SUAS”. Assim como em todas as outras comissões o nosso
1670 debate foi bastante profícuo, nós podemos discutir amplamente todos os incisos, os artigos do
1671 capítulo de financiamento, e vimos diversas inovações que a NOB trouxe para o debate e para o
1672 fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Então já passando aqui para vocês os
1673 principais aspectos da NOBSUAS, que nós achamos importante ressaltar aqui nessa reunião de
1674 hoje. A primeira questão é que, inclusive a Conselheira Simone já tocou bastante hoje sobre esse
1675 assunto, e com bastante propriedade, é a articulação entre os processos de planejamento,
1676 monitoramento e financiamento. E isso nós entendemos que é de extrema importância para a
1677 consolidação do sistema e para a construção de políticas públicas, no caso a política pública de
1678 Assistência Social. Um outro aspecto relevante é justamente o planejamento das responsabilidades
1679 dos Conselhos de Assistência Social, nós percebemos isso no conteúdo da NOB. E também algo que
1680 requer uma aproximação maior da própria Comissão, que é a justamente em relação às regras de
1681 transição, dada essa nova perspectiva do financiamento do SUAS inserido pela NOB de 2012. O
1682 outro aspecto também relevante que nós identificamos foi justamente em relação à regionalização
1683 dos serviços, onde a NOB reafirma os princípios da LOAS de que a regionalização se aplica aos
1684 casos de ausência de demanda no município, onde há incapacidade de gestão. Então a gente
1685 também destaca isso como algo importante a ser discutido e aprofundado pela Comissão. Por fim,
1686 e não menos momentoso, a questão dos blocos de financiamento, que uma das grandes inovações
1687 trazidas pela NOBSUAS, é que ontem nós tivemos uma oportunidade rica de fazer essa discussão
1688 com os nossos palestrantes, o Antônio Henriques e a Gisele, onde nós podemos perceber que os

1689 *blocos de financiamento vão, dentre outras coisas, facilitar muito a gestão financeira do Sistema*
1690 *Único da política pública de Assistência Social. E já trazendo as contribuições para o debate, as*
1691 *alterações, as sugestões que a Comissão se debruçou em relação a alguns artigos. O primeiro*
1692 *artigo que nós entendemos importante alterar é o artigo 79, ele diz o seguinte: “Os Conselhos de*
1693 *Assistência Social têm papel estratégico no SUAS como agentes participantes da formulação,*
1694 *avaliação, controle e fiscalização da política, desde o seu planejamento até o efetivo*
1695 *monitoramento das ofertas e dos recursos destinados às ações a serem desenvolvidas.” A*
1696 *contribuição da Comissão é justamente a proposta de inclusão de um parágrafo único, qual seja,*
1697 *“É responsabilidade dos conselhos de Assistência Social a discussão de metas e prioridades, LDO,*
1698 *e da proposta orçamentária, podendo para isso realizar audiências públicas. Essa é uma tentativa,*
1699 *Sra. Presidenta e demais Conselheiros, de fortalecer a discussão pública, democrática e*
1700 *participativa do orçamento em todos os municípios e estados brasileiros. E aí no caso a gente*
1701 *gostaria justamente de ter esse fortalecimento, obviamente dentro da Política de Assistência Social,*
1702 *que nós estamos trabalhando com ela. Então o espírito dessa inclusão desse parágrafo é*
1703 *justamente de potencializar a possibilidade de realização de audiências públicas para a discussão*
1704 *do orçamento público da LDO, da LOA como um todo, esse é o espírito dessa alteração. A segunda*
1705 *contribuição do debate que nós estamos trazendo é mais uma contribuição mais de redação mesmo*
1706 *o artigo 81: “No controle do financiamento os Conselhos de Assistência Social devem observar: V)*
1707 *A estrutura e organização do orçamento da assistência social e do fundo de Assistência Social,*
1708 *inclusive sob forma de unidade orçamentária, e a ordenação de despesas desse fundo em âmbito*
1709 *local. A proposta de redação de nova redação é justamente o seguinte: V) A estrutura e a do*
1710 *orçamento da assistência social e do Fundo de Assistência Social, sendo este na forma que de*
1711 *unidade orçamentária, e a ordenação de despesas deste fundo em âmbito local. Então a*
1712 *substituição, “inclusive” pelo termo “este”, era a forma de unidade orçamentária, é uma alteração*
1713 *de redação. E reafirmando com certeza que é uma unidade orçamentária, essa, inclusive foi uma*
1714 *discussão que nós fizemos e achamos importante realizar essa alteração. O artigo 50, ele diz o*
1715 *seguinte, que é outra contribuição que nós estamos trazendo para o debate, “os estados devem*
1716 *destinar recursos próprios que lhes permitam cumprir com suas responsabilidades e em especial:*
1717 *IV) Prestação de serviços regionalizados, de proteção social especial de média e alta*
1718 *complexidade, quando demanda local não justifique a implantação de serviços municipais. A*
1719 *proposta de alteração é justamente a seguinte: “Prestação de serviços regionalizados de proteção*
1720 *social de média e alta complexidade, quando os custos e a demanda local não justifique a*
1721 *implantação de serviços municipais.” Então foi a inserção aqui do termo quando os custos na*
1722 *redação desse inciso. Por fim, o artigo 57, também trazemos uma contribuição: o cofinanciamento*
1723 *dos serviços socioassistenciais se dará por meio do bloco de financiamento da proteção social*
1724 *básica e do bloco de financiamento da proteção social especial. § 4º: o cofinanciamento dos*
1725 *serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, deverá considerar fatores que*
1726 *elevam o custo dos serviços na região amazônica, e, inclusive em outras situações e especificidades*
1727 *regionais e locais pactuadas na CIT. A proposta de nova redação é a seguinte: “§ 4º - O*
1728 *cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial deverá*
1729 *considerar fatores que elevam o custo dos serviços na região amazônica, inclusive em outras*
1730 *situações, especificidades regionais e locais pactuadas na CIT e deliberadas pelo CNAS. Então é*
1731 *também uma alteração de redação que a gente está encaminhando para reflexão. Assim como as*
1732 *outras comissões também, nós vamos continuar a leitura, a análise da NOBSUAS, do capítulo do*
1733 *financiamento. Temos algumas aproximações que serão feitas também, assim como Simone disse,*
1734 *que estamos nos aproximando aos poucos desses conteúdos, dessa nova perspectiva e dessa nova*
1735 *NOBSUAS. Então, Sra. Presidente, o relato é esse, quero agradecer a todos vocês e em especial*
1736 *aos membros da Comissão”. A Presidenta do CNAS abriu para discussões, com o Conselheiro*
1737 *Edivaldo manifestando dúvida aqui com relação ao último item, quando mencionava apenas a*
1738 *região Amazônica, considerando existir outras com dificuldades. O Conselheiro José Araújo*

1739 indicou o artigo 79, sobre o papel estratégico do CNAS no SUAS, devendo incluir seu caráter
1740 deliberativo. A Conselheira Dóris esclareceu que o artigo quarto não excluía a proposta do
1741 Conselheiro Edivaldo porque se referia a outras situações e especificidades regionais e locais
1742 pactuadas na CIT e deliberadas pelo CNAS, mas não tendo problemas em indicar outras regiões. A
1743 Conselheira Simone falou sobre a região amazônica, com as equipes volantes prestando serviços
1744 devido às especificidades da região, discorrendo sobre a custo da manutenção das embarcações,
1745 com a CIT destacando a urgência desse debate. A Conselheira Meive, manifestou-se contemplada,
1746 mas discorrendo sobre a região em tela e suas dificuldades e o alto custo da manutenção dos
1747 serviços, com a mesma devendo ser vista de forma diferenciada.. O Conselheiro José da Cruz
1748 reforçou que o CNA já vinha pautando e tratando das particularidades da região amazônica, tendo
1749 aprovado em março de 2012 o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, que também tratava da
1750 particularidades da região amazônica, não devendo se deixar de fazer esse registro. Aparteando, a
1751 Conselheira Meive registrou a existência de novos aparatos para executar a vigilância, o
1752 planejamento e investimento em recursos. O Conselheiro Edivaldo esclareceu suas colocações em
1753 relação ao § 4º do artigo em discussão, não sendo contra o atendimento especial à região
1754 amazônica, discorrendo sobre as grandes dificuldades da área e também do pantanal matogrossense.
1755 A Presidenta do CNAS registrou que o Conselheiro Anderson havia retirado sua colocação, por
1756 tratar-se de uma situação relacionada a texto, repassando para a Comissão de Financiamento. O
1757 Conselheiro Wagner registrou o excelente trabalho apresentado, sugerindo no artigo 79, que além
1758 da LDO, fosse colocado todo o processo do ciclo orçamentário, o PPA e demais assuntos que
1759 envolviam a questão do financiamento. O Conselheiro Ademar cumprimentou a Conselheira
1760 Simone pela sua participação na Comissão de Financiamento. Discorreu sobre a situação da
1761 Amazônia, ademais de outras regiões cuja situação era preocupante, com os CREAS, cuja
1762 preocupação era atender a população. Falou sobre as sugestões colocadas, ajudando a incorporar
1763 outras formas de atendimento. Discorrendo sobre a situação, ponderou que a NOB trazia ações que
1764 ajudariam efetivar o controle social. A Presidenta do CNAS destacou o debate ocorrido após os
1765 relatos das Comissões de Comissão de Política, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,
1766 Comissão de Normas e Comissão de Financiamento e Orçamento, que haviam enriquecido o tema
1767 em tela. Prosseguindo, passou ao **Item Informes da Secretaria-Executiva do CNAS:** “*Informes*
1768 *da presidência e da Secretaria Executiva; Informes gerais. Ausências justificadas: como já foi lido*
1769 *hoje pela manhã, os Conselheiros José Geraldo França Diniz; Fátima Aparecida Rampin; Eloiana*
1770 *Cambraia Soares; Viviane Ferreira da Silva; Maria Aparecida Godói; Volmir Raimondi; Fábio*
1771 *Bruni; Aldenora Gonzáles nesta reunião descentralizada e ampliada, devido a compromissos*
1772 *institucionais; a Conselheira Solange Teixeira nesta reunião descentralizada, em virtude de férias.*
1773 *E-mails enviados aos Conselheiros. Convocações de participação: a Presidenta Luziele Tapajós*
1774 *participou de reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social do Amazonas e técnicos da*
1775 *CEAS no dia 22 de outubro entre Manaus - Amazonas; a Presidenta Luziele Tapajós participou da*
1776 *173ª plenária ordinária e descentralizada no dia 25 de outubro em Montes Claros - Minas Gerais;*
1777 *a Presidenta Luziele Tapajós participou de oficina com conselhos da região da Amoes - Santa*
1778 *Catarina e secretarias municipais de Assistência Social no dia 26 de outubro em Chapecó - Santa*
1779 *Catarina; a Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga foi convocada para representar o CNAS na*
1780 *capacitação no Conselho Municipal de Assistência Social de João Pessoa, realizada no dia 30 de*
1781 *outubro de 2012 em João Pessoa – Paraíba; os Conselheiros nacionais, titulares e suplentes, foram*
1782 *convocados para a segunda reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional de*
1783 *Assistência Social e 206ª reunião ordinária do CNAS nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012 em*
1784 *Vitória - ES. As Conselheiras Leila Pizzato e Margarida Munguba Cardoso foram convocadas*
1785 *para sessão de instalação e reunião de trabalho da Comissão organizadora nacional da terceira*
1786 *conferência global sobre o trabalho infantil no dia 12 de novembro em Brasília DF. O Conselheiro*
1787 *Wagner Carneiro de Santana foi convocado para o seminário “Mobilização para elaboração de*
1788 *planos estaduais e municipais de convivência familiar e comunitária” nos dias 9 e 10 de novembro*

1789 em Brasília DF. O Conselheiro José Araújo foi convocado para a 118ª reunião extraordinária da
1790 CIT a ser realizada no dia 21 de novembro em Brasília DF. Boletins informativos MDS, foram
1791 encaminhados o boletim MDS nº 339, boletim Brasil sem miséria e de outubro de 2012, boletim
1792 MDS nº 360, boletim MDS número 361. Documentos diversos: relatórios de participação do
1793 Conselheiro Wagner Carneiro na reunião da Comissão Nacional Intersetorial para
1794 acompanhamento e implementação do plano nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos
1795 da criança e adolescente à convivência familiar e comunitária. Os Conselheiros integrantes da
1796 Comissão Eleitoral, relatório de recursos: documento NOBSUAS para a discussão na reunião das
1797 comissões temáticas, informações sobre a alteração no calendário do Censo SUAS 2012, artigo
1798 publicado no jornal Folha de São Paulo, artigo da Ministra Tereza Campello. Retificação data da
1799 Subcomissão de recursos e retificação do ato de homologação da Comissão Eleitoral no diário,
1800 publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2012, seção I, página 110. A pedido da
1801 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, encaminhado informe sobre a reunião do Fórum Nacional
1802 de Assistência Social. A pedido da Conselheira Aldenora González, encaminhado informe sobre a
1803 abertura de consulta pública para a revisão da instrução normativa do trabalho social nas
1804 intervenções de habilitação e saneamento. Informações trimestrais sobre o processo e certificação
1805 de entidades de Assistência Social, apresentadas pelo Departamento da Rede Socioassistencial
1806 privada do SUAS, DRSP/ MDS. A Ata e gravação da 205ª reunião ordinária do CNAS. Convite
1807 para o seminário online “Atuação do sistema prisional brasileiro - desafio e perspectiva”, enviada
1808 pelo Conselho Federal de Psicologia. Pauta da 206ª reunião ordinária e II Reunião
1809 descentralizada e ampliada do CNAS. Local da II reunião descentralizada e ampliada e 206ª
1810 reunião ordinária do Conselho Nacional para os Conselheiros. Quatro apresentações sobre a
1811 NOBSUAS para a discussão nessa reunião ordinária; encaminhamento do texto “Política nacional
1812 de educação permanente do SUAS”; publicações de resoluções do CNAS e portarias: resolução
1813 CNAS número 31, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial de 12/10/12, seção I,
1814 página 110, que aprova o relatório da execução orçamentária e financeira do fundo nacional de
1815 Assistência Social, terceiro trimestre de 2012, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo
1816 nacional de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do
1817 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS número 32, de 23 de outubro de 2012
1818 publicada no Diário Oficial da União de 12/10/12, seção I, página 110, que aprova os critérios de
1819 partilha de recursos para a construção de centros de referência especializada da Assistência
1820 Social, regionais, CREAS regionais. Ata da assembleia da eleição 2012, 2014, vacância publicada
1821 no Diário Oficial da União, de 26/10/2012, com a eleição da Conselheira Simone Dragoni,
1822 representando o segmento das entidades e organizações de Assistência Social, na condição de
1823 terceira suplente. Portaria MDS nº 230, de 29 de outubro de 2012, que designa a Maria Cristina
1824 Costa Arrochela Lobo para compor o Conselho Nacional de Assistência Social, na qualidade de
1825 membro suplente do governo, representando o Ministério da Saúde, em substituição ao Conselheiro
1826 Dário Parche. Portaria nº 237 de 2012, de 5 de novembro de 2012, que designa Clara Carolina de
1827 Sá, da Secretaria Nacional de Assistência Social, para compor o Conselho Nacional de Assistência
1828 Social, na qualidade de membro titular do governo, representando o Ministério do
1829 Desenvolvimento Social e Combate à Fome no biênio 2012-2014 em substituição à Conselheira
1830 Eutália Barbosa Rodrigues, que havia sido designada para compor o CNAS, pela portaria MDS nº
1831 119. Atualização do site: inserida em notícias: CIT – entregue a nova NOBSUAS para o colegiado
1832 do CNAS; CNAS organiza e começa a análise da NOBSUAS; CNAS realiza oficina sobre controle
1833 social em Manaus; CNAS apresenta proposta de reordenamento dos serviços de convivência e
1834 fortalecimento de vínculos; CNAS participa da plenária do Conselho Estadual de Assistência
1835 Social de Minas Gerais; sociedade civil do CNAS realiza eleição; CNAS lança sua agenda temática
1836 2012-2014, inserida em pautas e atas. Pauta dessa reunião ordinária, inserida informações de
1837 reunião descentralizada e ampliada; relação de sugestões de hotéis e listas de participantes
1838 inserida em participação 2012; matéria apresentada pela Sra. Denise Colin, Secretária Nacional

1839 *de Assistência Social em reunião plenária do CNAS, realizada no mês de outubro de 2012*". **Item**
1840 **Informe do FONSEAS:** A Conselheira Meive comunicou a realização do I Encontro de
1841 acompanhamento a gestão descentralizada do SUAS, pelo FONSEAS em parceria com o MDS, nos
1842 dias 4, 5 e 6 de dezembro, em João Pessoa, com a Presidente do CNAS agradecendo o convite e
1843 confirmando sua presença. **Item Informes do CONGEMAS.** A Conselheira Marisa relatou a
1844 realização no encontro regional do Nordeste em Camaçari/BA, com ampla discussão vinculando um
1845 painel a uma mesa redonda com temas da região, com o tema central sendo "*Financiamento do*
1846 *SUAS, desigualdades regionais e a gestão municipal*", relatando o evento realizado na Bahia e os
1847 temas abordados. Destacou a realização do encontro da região Sudeste, Belo Horizonte, dias 21 e 22
1848 de fevereiro; da região sul 19 e 20, em Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, da região Centro-Oeste, em
1849 Rio Verde/GO, a ser marcada em janeiro, e da região norte, em Belém, provavelmente na primeira
1850 semana de fevereiro, relatando os temas a serem tratados. **Item Informes do MDS.** A Conselheira
1851 Simone informou que estava no ar o Censo SUAS 2012, discorrendo sobre sua importância para o
1852 monitoramento do SUAS, solicitando a todos que ajudassem na divulgação das datas, estando
1853 aberto até 14 de novembro estariam abertas as fichas para o Centro de População de Rua, os
1854 Centros de Referência Especializada de Assistência Social, indicando a novidade do ano, que o
1855 registro das informações sobre os serviços de acolhimento, auxiliando no monitoramento e para
1856 estabelecer diretrizes para a alta complexidade. Relatou que no dia 30 de novembro abririam os
1857 questionários dos CRAS; da gestão municipal e estadual e do DF, e que de 03 a 14 de dezembro
1858 realizariam o período de retificação, quando os municípios teriam a oportunidade de corrigir
1859 possíveis erros de informação. Lembrou que o MDS estava participando de um encontro em
1860 Montevideu, no ano social, informando os temas discutido de sistemas de proteção e serviços de
1861 cuidado, discorrendo sobre o destaque do SUAS em tais encontros. Informou que seria realizada no
1862 dia 19 de novembro pela NBR, de 9h às 11h, a teleconferência da gestão do trabalho, solicitando a
1863 sua divulgação pelos Conselheiros. Indicou que no próximo ano aconteceria a Conferência do
1864 Trabalho Infantil, a ser realizada no Brasil, organizada pelo MDS, ademais de uma Conferência
1865 Nacional de Assistência Social. **Item Informes da CIT.** O Conselheiro José Araújo informou que a
1866 reunião da CIT que se realizaria no dia anterior, havia sido transferida para o dia 21, e da qual não
1867 poderia participar por coincidir com o IV Encontro Nacional de Fóruns Estaduais pelos direitos da
1868 Pessoa idosa, no Rio de Janeiro, nos dias 19, 20 e 21, solicitando que fosse convocada a
1869 Conselheira Jane, substituta na CIT. O Conselheiro Wagner informou que, a partir do dia seguinte,
1870 participaria no seminário de fortalecimento da rede nacional de apoio à adoção, à convivência
1871 familiar e comunitária, representando o CNAS, oportunidade em que falaria sobre o Censo SUAS,
1872 que esse ano contemplaria a questão da convivência familiar e comunitária. Esclareceu que o
1873 seminário estava sendo promovido pela SBH, com a presença de um representante de cada
1874 Conselho Estadual da Criança e Adolescente, socializando as informações sobre o Censo SUAS. A
1875 Conselheira Margareth ratificou o convite para o Congresso, nos dias 28, 29 e 30 de novembro, com
1876 a programação constando no site www.fenas.gov.br. Discorreu sobre a situação existente no Pará
1877 onde os trabalhadores estavam sendo obrigados por alguns Tribunais de Justiça a exercer a Política
1878 de Assistência Social, com uma ação no Conselho Nacional de Justiça, que havia determinado que o
1879 Tribunal de Justiça não poderia mais determinar que os profissionais da Assistência Social fizessem
1880 o trabalho que era do Tribunal, solicitando esse registro. O Conselheiro Anderson, falou sobre as
1881 eleições municipais, com o compromisso dos prefeitos de dar atenção à inclusão, relatando alguns
1882 encontros que haviam acontecido. Falou sobre o encontro de várias comunidades acontecido com o
1883 prefeito de São Paulo, colocando à disposição dos interessados o jornal que trazia a notícia sobre
1884 esse encontro. Informou que a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do estado de São
1885 Paulo estavam criando uma cartilha de como a essa população acessaria os serviços, tendo solicitado
1886 que consultassem o MDS e a Conselheira Simone de como acessar o SUAS e a política do SUAS,
1887 discorrendo sobre esse importante trabalho. Relatou que em dezembro aconteceria em São Paulo o
1888 encontro nacional com a Presidente da República Dilma Rouseff com catadores e população de rua,

1889 convidando a todos para esse evento. O Conselheiro José da Cruz informou ter sido realizado no dia
1890 23 de outubro, pelo MDS, a oficina do reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento
1891 de vínculos, com efetiva participação do CNAS, relatando as propostas apresentadas e que seguiu as
1892 demais instâncias até chegar ao Conselho Nacional. O Conselheiro Edivaldo, a pedido do Secretário
1893 Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Antônio José, informou a
1894 publicação do edital para a contratação de consultores para a implantação do plano de Viver Sem
1895 Limite, na página da Secretaria, pessoacomdeficiencia.gov.br, com prazo até o dia 16 de novembro.
1896 **Item Relato da Comissão Eleitoral**, pela Conselheira Dóris: “*Memórias de reunião. Comissão*
1897 *eleitoral - gestão 2012/2014, vacância. Datas: 18 e 19, 23 e 24/10/12. Horário: 9h às 18h; local:*
1898 *Esplanada dos Ministério, anexo ao bloco F; ala A – CNAS sala 102. Conselheiros presentes:*
1899 *Doris Margareth de Jesus, Presidenta da Comissão Eleitoral; Edivaldo da Silva Ramos – Vice-*
1900 *Presidente da Comissão Eleitoral; Nilsia Lurdes dos Santos; José Araújo da Silva; Thiago Barbosa*
1901 *Ferreira Cabral, Coordenador da Subcomissão de Recursos; e Aldenora Gomes González,*
1902 *Coordenadora da Subcomissão de Habilitação. Secretária-Executiva do CNAS: Regina Célia*
1903 *Cortez Sermoud, e José Ranieri Braga. o dia 18 de outubro de 2012 a Subcomissão de Recurso. se*
1904 *reuniu e determinou algumas regras para análise da documentação referente aos Recursos das*
1905 *Entidades não. habilitadas na processo eleitoral: Habilitar, em grau de Recurso, as Entidades que*
1906 *apresentaram toda a documentação exigida pela Subcomissão de Habilitação. par e-mail com a*
1907 *condição de apresentarem a documentação original até a término. da prazo para análise;*
1908 *Considerar cama original as documentos encaminhadas par e-mail em que não. houvesse*
1909 *determinação. na Resolução CNAS 04/2012 de que esses fossem cópias autenticadas; Entrar em*
1910 *contato com todas as entidades que não. apresentaram documentação exigida a fim de saber se*
1911 *esta já havia sido. pastada e solicitar a seu envia par e-mail para agilizar a processo de análise.*
1912 *Para este fim, foi encaminhada email a cada entidade não. habilitada pela Subcomissão de*
1913 *Habilitação. 1- Verificação de processos pela Subcomissão de Recurso. A subcomissão de*
1914 *Recurso, composta pelas Conselheiros Thiago Szolnaky de Barbosa Ferreira Cabral, Edivaldo da*
1915 *Silva Ramas e Nilsia Lourdes das Santas, reuniu-se na dia 18 de outubro de 2012 na sala 102 da*
1916 *CNAS a partir das 09h para analisar as processos de solicitação de recurso. Para a Processo*
1917 *Eleitoral da Saciedade Civil Gestão. 2012/2014 - Vacância. Dos 16 (Dezesseis) processos não*
1918 *habilitados, sendo 4 na condição de eleitor(a) e 12 (doze) na condição de eleitor(a) candidato(a),*
1919 *09 (nove) entidades ingressaram com recurso sendo 3 na condição de Eleitora e 6 na condição de*
1920 *Eleitora/Candidata. Após a análise de toda documentação, a Subcomissão de Recurso decidiu pela*
1921 *Habilitação, em grau de Recurso, de 3 pessoas físicas para a condição de Eleitora e 5 para a*
1922 *condição de eleitora e candidata; Uma pessoa física designada pela Fundação Fé e Alegria do*
1923 *Brasil não foi habilitada em grau de recurso por não cumprir as exigências estabelecidas*
1924 *apresentação de documentos. Processo 71010001860/2012 31; Entidade: Associação Bem*
1925 *Aventurada Imelda; Condição: Eleitora e Candidata; Resultado: habilitada; Processo:*
1926 *0110001878/2012-33; Entidade: LBV; Condição: Eleitora e candidata; Habilitada;*
1927 *71010001862/2012-21; Associação de Pais, Amigos e Pessoa com Deficiência do Banco do Brasil*
1928 *e da comunidade; Eleitora e Candidata; Habilitada; 71010001850/2012-04; Associação*
1929 *Franciscana de Solidariedade; Eleitora e Candidata; Habilitada; Processo: 71010001851/2012-*
1930 *41, Federação Nacional das APAEs; Eleitor e Candidata; Habilitada; Processo:*
1931 *71010001855/2012-29; Associação de Ensino Social Profissionalizante; Eleitora e Candidata;*
1932 *Habilitada; Processo: 71010001877/2012-99; Fundação Fé e Alegria do Brasil; Eleitora e*
1933 *Candidata; Não Habilitada; 71010001884/2012-82; União Norte Brasileira de Educação e*
1934 *Cultura – UNBEC; Eleitora, Habilitada; 71010001848/2012-27; União Brasileira de Educação e*
1935 *Ensino – UBE; Eleitora Habilitada; Processo: 71000079860/2012-66; Associação Brasileira de*
1936 *Educação Cultura – ABEC; Eleitora Habilitada. Não ingressaram com recurso: Processo:*
1937 *71010001852/2012-95; Federação Espírita Brasileira; Eleitora; Processo: 71010001861/2012-86;*
1938 *Associação Paranaense de Reabilitação; Eleitora e Candidata; Processo: 710000001876/2012-44;*

1939 Associação Brasileira de Esclerose Múltipla – ABEM; Eleitora e Candidata; 71010001873/2012-
1940 19; Associação de Apoio à População e às Instituições Organizadas do Maranhão; Eleitora e
1941 Candidata; Processo: 71010001858/2012-62; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural –
1942 ASCAR; Eleitora e Candidata; Processo: 71010001881/2012-57; Sindicato dos Comerciários de
1943 São Paulo; Eleitora e Candidata. Encaminhamento da Comissão Eleitoral: A Comissão Eleitoral
1944 reuniu-se no dia 23 de outubro de 2012 com as ausências justificadas dos Conselheiros Thiago
1945 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral e Aldenora Gomes González. Foi detectado erro na
1946 publicação no Diário Oficial da União do dia 19/10/2012, constando habilitada uma entidade
1947 enquanto o correto seria não habilitada, na Ata de Reunião da Subcomissão de Recurso e no Ato de
1948 Homologação da Comissão Eleitoral. Foi encaminhada no mesmo dia a correção do erro que foi
1949 devidamente publicado no DOU do dia 24/10/2012. A entidade interessada foi comunicada do
1950 ocorrido pela Presidenta da Comissão Eleitoral. Iniciou-se os trabalhos com o estabelecimento de
1951 um rito a ser seguido na Assembléia da Eleição: a) Leitura da proposta de Regimento Interno a ser
1952 apresentado pela Mesa Coordenadora do processo eleitoral; b) Durante a leitura do Regimento
1953 Interno os participantes poderão solicitar destaque, sendo necessário levantar o crachá e dirigir-se
1954 à equipe de Apoio para registro; c) Os artigos que não foram destacados, serão considerados
1955 aprovados, da mesma forma, os destaques para os quais não houver manifestação contrária; d) Os
1956 artigos poderão ser destacados para: I) Esclarecimentos; II) apresentação de proposta de
1957 supressão parcial ou total; III) apresentação de proposta de alteração e; e) A cada ponto
1958 destacado serão apresentadas uma defesa a favor e uma contrária, quando for o caso, obedecendo
1959 ao tempo máximo de 2 (dois) minutos, para cada; f) Esclarecidas as propostas, essas serão
1960 submetidas à votação pela Assembléia; g) Serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria
1961 simples dos votos dos participantes presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à
1962 contagem em caso de dúvida. No processo de discussão e aprovação do Regimento Interno votarão
1963 os representantes das entidades/organizações habilitadas a participarem do processo eleitoral, na
1964 condição de eleitora e eleitora/candidata, estando de posse do crachá de identificação, aos demais
1965 participantes será garantido o direito a voz. Após ser discutido e aprovado o rito a ser seguido
1966 durante a Assembleia as cédulas e o lacre da urna de votação foram assinadas pelos membros da
1967 Comissão. 4 - Assembléia da Eleição. Em 24 de outubro de 2012, às 09 horas no Conselho
1968 Nacional de Assistência Social, instalou-se a Assembleia de Eleição da Sociedade Civil - Gestão
1969 2012/2014 com o Credenciamento das Candidatas/Eleitoras e Eleitoras. A seguir iniciou-se breve
1970 fala da Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Luziele Maria de Souza
1971 Tapajós, seguida da Presidenta da Comissão Eleitoral, a Sra. Dóris Margareth de Jesus, que
1972 procedeu a leitura do Ato de Homologação publicado no Diário Oficial da União do dia dezenove
1973 de outubro de dois mil e doze. Na sequência, a Assembleia elegeu a Mesa Coordenadora dos
1974 trabalhos, composta pela Sra. Nilsia Lourdes dos Santos, Sr. Edivaldo da Silva Ramos e Sr. José
1975 Araújo da Silva. A Presidência da Mesa Coordenadora foi escolhida dentre os membros, recaindo
1976 essa sobre a Sra. Nilsia Lourdes dos Santos, mediante aclamação da Assembleia. A Presidenta da
1977 Mesa Coordenadora fez primeiramente a leitura do rito de Aprovação do Regimento Interno e
1978 posteriormente deu seguimento a leitura do Regimento Interno, o qual foi aprovado. Presidência da
1979 Mesa Coordenadora abriu espaço para o pronunciamento do segmento das Entidades e
1980 Organizações de Assistência Social. A entidade Associação de Ensino Social Profissionalizante -
1981 CNPJ: 51.549.301/0001-00 – Nome da Designada: Rosiane Aparecida de Matos Soncini - retirou
1982 sua candidatura, permanecendo apenas na condição de eleitora. Em seguida, foram indicados os
1983 membros da Mesa Receptora dos votos, observada a possibilidade de complementação da
1984 composição da mesa por servidores da Secretaria Executiva do CNAS, prevista no § 3º, artigo 7º
1985 do Regimento Interno desta Assembleia. A Mesa Receptora foi composta pela conselheira Dóris
1986 Margareth de Jesus e pelas servidoras da Secretaria Executiva: Christianne Camargo Menezes e
1987 Maria Auxiliadora Pereira. Após o encerramento da votação, deu-se a contagem de votos pelos
1988 membros da Mesa Coordenadora dos trabalhos e em seguida, foi composta a Mesa Apuradora

1989 pelas Conselheiras Dóris Margareth de Jesus, Nilsia Lourdes dos Santos, José Araújo da Silva e
1990 Edivaldo da Silva Ramos. Na presença dos membros das Mesa Receptora e Apuradora, a Mesa
1991 Coordenadora proclamou o seguinte resultado: Segmento das Entidades e Organizações de
1992 Assistência Social, sendo o seguinte resultado apurado: Associação Bem Aventurada Imelda, Sra.
1993 Simone Faria Dragone, com 4 votos; Legião da Boa Vontade - LBV, Sra. Valéria da Silva Reis
1994 Ribeiro, com 2 votos; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do
1995 Banco do Brasil e da Comunidade - APABB, Sra. Nives Porto Corrêa com 1 voto e Federação
1996 Nacional das APAEs, Sra. Marilena Ardore, com 1 voto. Por decisão na Assembleia a Sra. Simone
1997 Faria Dragone foi eleita como representante do segmento das entidades e organizações de
1998 assistência social, na condição de terceiro suplente. A Assembleia, aprovou a Ata da Assembleia a
1999 ser publicada até o dia 29/10/2012. Dóris Margareth de Jesus, Presidente da Comissão Eleitoral.”
2000 A Presidenta do CNAS deu as boas vindas à Conselheira Simone Dragone. Prosseguindo,
2001 franqueou a palavra aos presentes, considerando vencida a pauta da reunião, com os Conselheiros
2002 Anderson, Dóris, Margareth, Nilsia, José da Cruz, Meive, Léa Lúcia, Wagner e Simone
2003 Albuquerque, agradecendo ao Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito santo, na pessoa
2004 de sua Presidenta, Sra. Sandra Shirley e equipe, pela acolhida e esforços para que essa Reunião
2005 Descentralizada acontecesse. A seguir, a Presidenta do CNAS passou a palavra para a Secretária-
2006 Executiva do CNAS, que agradeceu pela oportunidade, com a Secretaria Executiva colhendo
2007 subsídios para suas atividades nesses eventos. A Sra. Sandra Shirley agradeceu á sua equipe e
2008 também à Presidenta do CNAS por realizar esse evento no Estado, sendo muito importante para o
2009 Conselho no estado, haja vista as mudanças ocorridas nos últimos tempos. Destacou o importante
2010 trabalho realizado pela Secretária-Executiva do CNAS e sua equipe, para o sucesso, prestando-lhes
2011 uma homenagem. A Conselheira Leila destacou a importâncias das decisões tomadas pelo CNAS
2012 nesses encontros, ampliando o debate nessas reuniões descentralizadas e socializar esse
2013 conhecimento. Referendou o importante papel do CNAS para a aprovação da NOB em dezembro,
2014 reconhecendo de público a grandeza do papel da sociedade civil nesse processo. Concluindo,
2015 agradeceu ao CEAS do Espírito Santo pela acolhida, parabenizando a todos pelo evento. A
2016 Presidenta do CNAS falou sobre o novo texto da NOB, com adequação da lei do SUAS, e os
2017 avanços que trazia. Agradeceu a todos os Conselheiros, à Vice-Presidenta e à Secretaria Executiva
2018 pelo trabalho conjunto, culminando na realização dessa Reunião Descentralizada, que havia
2019 alcançado seus objetivos. **NCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta do CNAS
2020 agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião Ampliada e Descentralizada e 206º
2021 RO do CNAS. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e,
2022 depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de
2023 2012.
2024